

## 2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO

2.1. Os procedimentos consistiram em pesquisas em fontes de informações públicas. Entre o período de 28 de abril de 2020 a 04 de junho 2020, a pesquisa procurou identificar as seguintes informações:

- 2.1.1. Registros corporativos;
- 2.1.2. Registros de dívidas fiscais e outros débitos financeiros;
- 2.1.3. Registros de falências e recuperações judiciais;
- 2.1.4. Registros de processos judiciais e administrativos;
- 2.1.5. Registros relacionados a temas regulatórios;
- 2.1.6. Registros de filiação partidária;
- 2.1.7. Registros de doações eleitorais;
- 2.1.8. Registros de Pessoas Expostas Politicamente (PEP);
- 2.1.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*;
- 2.1.10. Registros de mídias digitais;

2.2. Em adição às nossas limitações gerais de escopo, listadas em nossa Carta de Contratação, foram identificadas pela EY, durante a prestação de serviço, as seguintes limitações:

- 2.2.1. Registros corporativos: Devido às limitações dos registros corporativos eletrônicos em alguns estados brasileiros, a EY compara as informações obtidas por meio de diversos registros públicos e comerciais. Esses registros podem ser discrepantes entre as bases de dados;
- 2.2.2. Registro de dívidas fiscais e outros débitos financeiros: A presente pesquisa foi conduzida em mecanismos de busca de registros fiscais em níveis federais e estaduais. As informações colhidas são organizadas pela Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretaria de Estado de Fazenda e Procuradoria-Geral do Estado e o registro do Ministério das Finanças de questões tributárias em andamento (COMPROT). Os registros oficiais são limitados em mostrar dívidas pendentes e, por isso, as instâncias em que o débito já tenha sido pago não foram incluídas nesse atual escopo;
- 2.2.3. Registros de falências e recuperações judiciais: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.4. Processos judiciais e administrativos: A presente pesquisa de indicadores de registros de processos judiciais civis, criminais, administrativos, tributários, eleitorais e trabalhistas foi conduzida nos tribunais/cortes/instituições considerando registros eletrônicos legais em nível federal e nos estados em que os *Targets* possuem registros de endereço, identificados com base nos registros em bases de dados disponíveis. As pesquisas foram conduzidas utilizando como termo de pesquisa o nome/razão social e/ou CPF/CNPJ dos *Targets*, quando possível. Pela limitação de informação acessível nas bases eletrônicas de pesquisa, outros dados podem estar disponíveis em registros físicos nos tribunais. Análises detalhadas dos registros de processos judiciais e administrativos identificados podem ser feitas mediante solicitação do Cliente e serão orçadas separadamente;
  - Não serão realizadas quaisquer análises ou interpretações jurídicas dos processos identificados;
  - As bases de dados consultadas podem estar desatualizadas, e podem não trazer resultados sobre processos judiciais e administrativos distribuídos nos últimos 5 (cinco) dias úteis contados da realização das pesquisas;
  - Os resultados das pesquisas apresentados na Seção 4 deste Relatório estão limitados aos processos judiciais e administrativos em que o *Target* consta como parte em instâncias estaduais e federais. As pesquisas de processos são realizadas em repositórios de registros judiciais eletrônicos (ex: "e-saj", "Projudi", "PJe", etc.), limitados pela ferramenta de pesquisa a 100 resultados por fonte, por instância e por Estado;
  - Os resultados quantitativos dos processos na sessão "Processos Judiciais e Administrativos" são categorizados conforme a entidade onde tramita, neste sentido os processos que constam nas bases de dados como provenientes do Ministério Público Federal são classificados e contabilizados nos tribunais, cortes ou instituições nos quais o processo se encontra no momento da pesquisa ("localização atual"). Desta forma, os processos indicados neste Relatório no campo do Ministério Público Federal referem-se apenas aos processos que constam em tramitação na Procuradoria-Geral de Justiça;

- Os resultados quantitativos classificados na Justiça Federal são provenientes de processos identificados em diários oficiais e no Ministério Público Federal que não se classificam no Tribunal Regional Federal e podem não indicar a totalidade de processos vinculados aos *Targets*, visto que a consulta de processos na Justiça Federal possui limitações específicas para cada estado;
  - Os resultados da pesquisa de processos judiciais e administrativos detalhados, quando disponíveis, estarão limitadas ao tribunal de origem, número de identificação do processo, data de distribuição, valor da causa, vara/câmara/turma, assunto e classe do processo registrado em fontes de informação pública, partes envolvidas nos processos e status da última movimentação;
  - Caso sejam identificados processos que tramitem em instâncias ou tribunais diferentes sob o mesmo número processual, estes serão contabilizados e detalhados de forma independente;
  - Não serão feitos procedimentos para identificar processos incidentes ou apensados aos processos de origem. Estes serão contabilizados de forma individual;
  - Os processos judiciais e administrativos reportados são provenientes de bases de dados de fontes públicas. Não serão reportados resultados de processos judiciais e administrativos identificados nas buscas de mídia.
  - Categorização dos Processos: Os processos judiciais contabilizados são classificados conforme seleção de categorias previamente acordada com o Cliente;
- 2.2.5. Registros relacionados a temas regulatórios: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.6. Filiação Partidária: A consulta foi realizada na base disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) utilizando o número do título de eleitor dos *Targets*, quando identificado.
- 2.2.7. Doações eleitorais: A base de doações eleitorais contém informações sobre doações políticas realizadas para candidatos, comitês e partidos políticos no período de 2002 a 2018, disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As informações sobre doações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa responsabilidade. A data da última atualização das informações contidas na base de dados ocorreu em junho de 2015 para os anos de 2002 a 2014, novembro de 2016 para o ano de 2016 e fevereiro de 2019 para o ano de 2018;
- 2.2.8. Pessoa Exposta Politicamente: A consulta de Pessoa Exposta Politicamente é proveniente de bases de dados de provedores de fontes públicas e os resultados reportados no item Pessoa Exposta Politicamente limitam-se aos registros identificados em consulta as bases que listam pessoas expostas politicamente e pessoas que possuem registro de relacionamento com pessoas expostas politicamente;
- A Base de dados de Pessoas Expostas Politicamente utilizada pela EY contém informações de pessoas de nacionalidade brasileira ou estrangeira que tenham ocupado cargos, empregos ou funções públicas relevantes no Brasil ou no Exterior, nos últimos 5 (cinco) anos, (“Titulares ou ex-Titulares”), assim como seus parentes (até o 2º grau) e estreitos colaboradores (“Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente”), conforme Resolução n. 29/2017 do COAF. A última atualização desta base ocorreu em 18 de dezembro de 2019 e a base consultada possui 186.850 registros.
- 2.2.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*: A presente pesquisa foi realizada com base em registros internacionais de *Compliance*. Os registros consultados são: OFAC (*Office of Foreign Assets Control*), EU (*European Union*), UN (*United Nations*), FRNL (*French Sanctions List*) e ICIJ (*Offshore list database by the international consortium of investigative journalists*);
- 2.2.10. Registros de mídias digitais: A presente pesquisa foi realizada por meio de mecanismos de busca eletrônicos e de fontes de informação eletronicamente públicas e disponíveis, relacionadas a fontes midiáticas disponíveis em inglês e português;
- A busca de registros de mídias é limitada ao nome completo do *Target* e seu nome fantasia, quando aplicável, combinado com palavras-chave previamente acordadas com o Cliente. Ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a homônimos ou nomes similares;
  - Reforçamos que os resultados gerados pelas pesquisas por termos de busca (palavras-chave) apresentam resultados diferentes quando feitas em momentos distintos por motivos inerentes dos mecanismos de busca na internet.
  - Serão observados até 100 (cem) resultados das pesquisas de mídia e reportados neste Relatório os resultados que estejam relacionados aos temas previamente acordados com o Cliente;
  - Caso sejam identificadas mais de uma mídia a respeito do mesmo assunto e com conteúdo similar, será incluída neste Relatório apenas uma das notícias;
- 2.2.11. Quando possível, a pesquisa foi conduzida com a utilização apenas do número do CPF ou CNPJ do *Target*. Em algumas ocasiões, a pesquisa pode apenas ser realizada pelo nome/razão social do *Target* casos nos quais não

é possível confirmar se as informações obtidas pertencem aos *Targets* pesquisados;

- 2.2.12. As informações contidas neste Relatório estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e de âmbito nacional, exceto informações de Pessoas Expostas Politicamente, mídias digitais e listas restritivas internacionais;
- 2.2.13. A pesquisa em fontes de informação pública está sujeita a limitações inerentes, como erros de digitação, entre outros;
- 2.2.14. As informações podem estar desatualizadas nas fontes consultadas, razão pela qual não podemos assegurar sua atualização, fidedignidade ou precisão;
- 2.2.15. A EY utiliza fontes de informações que são públicas de banco de dados de provedores de fontes públicas. No entanto, salientamos que não temos nenhuma responsabilidade de avaliar ou verificar as informações recolhidas a partir de tais fontes públicas. A EY não é responsável pela integralidade, precisão ou veracidade dessas informações podendo haver um risco que certas informações sejam falsas, incompletas ou desatualizadas. Nós não assumimos a responsabilidade por este risco. Essas informações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa alçada.



### 3. SUMÁRIO EXECUTIVO

- 3.1. O objetivo deste procedimento é o de identificar, em fontes de informações públicas, registros relacionados aos *Targets*, considerando os elementos listados a seguir, sem prejuízo de que outras informações eventualmente identificadas e não relacionadas a estes elementos, sejam apresentadas neste Relatório. Com base nos procedimentos executados, limitados em natureza e extensão e descritos na Seção 2 deste Relatório, foram identificados os seguintes resultados:

Elemento	Itens de Referência	Nome do Target
Registro de falência e/ou recuperações judiciais indicados em registros corporativos	4.1	-
Registro de Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas	4.2	-
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais	4.3	-
Registro em pesquisas internacionais de <i>Compliance</i>	4.3	-
Pessoa exposta politicamente	4.4	-
Relacionamento com pessoa exposta politicamente	4.4	-
Doações políticas	4.4	Jessica Simões
Filiação partidária	4.4	-
<b>Registros de mídia relacionados a:</b>		
Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	4.6	Jessica Simões
Interações com agentes públicos ou administração pública		-
Parcerias com ATI em questão		-
Outras Parcerias		-
Possível atividade da empresa		-
Mídias adversas		-
<b>Processos judiciais e/ou administrativos cuja matéria esteja relacionada a:</b>		
Crimes/Atividades ilegais (e.g. fraude, suborno, corrupção, concorrência desleal e/ou crime ambiental)	4.5	-
Trabalho escravo, trabalho infantil ou violação de direitos humanos		-
Recuperações judiciais e/ou falências		-
Outros litígios (e.g. civil, tributário, trabalhista, administrativo)		-
Relação com Vale		-



#### 4. RESULTADOS

##### a) Jessica Barbosa Siqueira Simões

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Jessica Barbosa Siqueira Simões	
CPF	082.363.294-61	
Data de Nascimento	30/10/1990	
Posição	Equipe Técnica Multidisciplinar	
Endereço	Avenida Beira Rio, 284, Madalena, Recife - PE, CEP: 50.610-100	
Outros Endereços	N/I	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação <sup>2</sup>
N/I	N/A	N/A

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	01/06/2020	N/D <sup>3</sup>
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	01/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	01/06/2020	Nada consta

<sup>2</sup> As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

<sup>3</sup> Não foi possível realizar a consulta, a base de dados informa: "Acesso não autorizado!". Acesso em 01/06/2020.



4.3 Bases de Conformidade			
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	01/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	01/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	01/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	01/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	01/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	01/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	01/06/2020	N/D <sup>4</sup>	
Offshore Leaks - ICIJ	01/06/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
Ivan Vasconcelos de Moraes Filho	PSOL	Recife - PE	2016	BRL 260,00
Maria Joselita Pereira Cavalcanti	PSOL	Pernambuco - PE	2018	BRL 200,00
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/D <sup>5</sup>	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

<sup>4</sup> Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 01/06/2020.

<sup>5</sup> Não foi possível realizar a consulta, a base de dados informa que: "Os dados informados (nome, data de nascimento e/ou filiação) não conferem com aqueles constantes no Cadastro Eleitoral.". Acesso em 01/06/2020.





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.5 Processos Judiciais e Administrativos <sup>6</sup>							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Pernambuco	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Pernambuco	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	5ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	6ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Pernambuco	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos			
COMPROT		N/A		N/I			
CADE		N/A		N/I			
CVM		N/A		N/I			
TCU		N/A		N/I			

4.5.1 Processos Judiciais <sup>7</sup> - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

<sup>6</sup> As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>7</sup> As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.6 Registros de Mídia <sup>8</sup>			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
UOL Vestibular <sup>9</sup>	18/12/2008	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal de notícias UOL Vestibulares reporta que Jessica Simões teria participado do vestibular UNICAMP 2008, e sido provada para a segunda fase do processo.
AgendaJus <sup>10</sup>	13/02/2014	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades.	Publicação do portal de notícias AgendaJus reporta que Jessica Simões teria assinado a favor da "agenda positiva do ensino jurídico brasileiro", que defende deveres e direitos das universidades de direito do Brasil.
SlideShare <sup>11</sup>	24/03/2016	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades.	Publicação do portal de documentos SlideShare reporta que Jessica Simões teria assinado petição a favor do manifesto da advocacia Pernambucana pela democracia - no qual advogados se uniram para tornar pública a insatisfação com os ataques à democracia do Brasil, bem como o descontentamento com a decisão do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil em ingressar com um pedido de Impeachment do Presidente da República.
Justificando <sup>12</sup>	20/12/2017	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal de notícias Jusbrasil reporta que Jessica Simões teria assinado petição a favor do cancelamento do lançamento de livro sobre discriminação de homens pela Lei Maria da Penha, que seria realizado no Tribunal de Justiça de Pernambuco.
DocPlayer <sup>13</sup>	19/09/2019	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal de documentos DocPlayer reporta que Jessica Simões teria participado de seleção da UFPE para pós-graduação em Direito para o ano de 2020.
Jornalistas Livres <sup>14</sup>	24/03/2020	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal de notícias Jornalistas Livres reporta que Jessica Simões teria assinado petição contra demissões de terceirizados e estagiários do Ministério Público de Pernambuco para contingenciamento em período de quarentena.
UFPE <sup>15</sup>	2020	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas	Publicação do portal da UFPE reporta que Jessica Simões teria se candidatado para "indicação de orientadores mestrado 2020" com o projeto "a lei do "babaçu do livre" das quebradeiras de coco babaçu e o bem viver do novo

<sup>8</sup> A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>9</sup> Fonte: [UOL Vestibular](http://UOL Vestibular). Acesso em 01/06/2020.

<sup>10</sup> Fonte: [AgendaJus](http://AgendaJus). Acesso em 04/06/2020.

<sup>11</sup> Fonte: [SlideShare](http://SlideShare). Acesso em 01/06/2020.

<sup>12</sup> Fonte: [Justificando](http://Justificando). Acesso em 01/06/2020.

<sup>13</sup> Fonte: [DocPlayer](http://DocPlayer). Acesso em 02/06/2020.

<sup>14</sup> Fonte: [Jornalistas Livres](http://Jornalistas Livres). Acesso em 01/06/2020.

<sup>15</sup> Fonte: [UFPE](http://UFPE). Acesso em 04/06/2020.





4.6 Registros de Mídia <sup>8</sup>			
		e/ou atividades	<i>constitucionalismo latino americano: por uma perspectiva descolonial dos direitos dos povos e comunidades tradicionais brasileiros”, orientado pelo professor “João Paulo”.</i>



b) Angela Barbosa Siqueira Simões<sup>16</sup>

4.6 Registros de Mídia <sup>17</sup>			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
N/I	N/A	N/A	N/A

<sup>16</sup> Não foi possível identificar o CPF de Angela Simões, tendo sido realizadas somente buscas de mídia, pelo nome do *Target*.

<sup>17</sup> A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo. Não foi possível identificar o CPF do *Target* para enriquecimento de dados deste relatório.



Belo Horizonte, 22 de junho de 2020.

**Ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUÍZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE**

**Ref.: Processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024**

Requerente: ESTADO DE MINAS GERAIS, DPMG, MINISTÉRIO PÚBLICO – MPMG

Requerido: VALE S.A.

**ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S (“EY”)**, ora designada como empresa prestadora de serviços de Asseguração Razoável no processo em referência, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao previsto na contratação em referência, apresentar o presente Relatório Factual referente às pesquisas em fontes de informações públicas referente ao Terceiro “Livia Morena Brantes Bezerra, CPF: 101.389.747-13, presidente da AEDAS.”

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 “Procedimentos Executados e Limitações de Escopo” deste Relatório (“Relatório”), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras da Contratante, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto de análise para a execução dos trabalhos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais). Na hipótese de as informações públicas obtidas estarem relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Sendo o que havia para o momento, nos colocamos à disposição para o esclarecimento de dúvidas adicionais.

**ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.**



# Relatório Factual Preliminar Levantamento de Informações

LÍVIA MORENA BRANTES BEZERRA

JUNHO DE 2020



**Building a better  
working world**



26 de junho de 2020

A/C: Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Ref.: Relatório Factual Preliminar

Att.: Vossa Excelência Sr. Elton Pupo Nogueira

Prezada Excelência Sr. Juiz,

De acordo com os termos da Declaração de Trabalho datada de 27 de março de 2020, assinada entre Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY" ou "Nós") e Vale S.A ("Vale" ou "Cliente" ou "Contratante"), sob a Ordem de Serviço (OS) 01-2020, a EY foi contratada para prestar, dentre outros, serviços de auditoria de dispêndios e auditoria finalística de asseguarção das atividades das assessorias técnicas no âmbito do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024 (processo).

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 "Procedimentos Executados e Limitações de Escopo" deste Relatório ("Relatório"), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras do Cliente, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto do nosso Serviço.

A EY não expressa opinião ou parecer legal sobre os assuntos aqui discutidos. Além disso, a EY, seus sócios ou empregados não fornecerão, como parte deste trabalho, nenhum tipo de assessoria legal.

Parte dos dados e informações analisados e utilizados para a elaboração deste Relatório foram disponibilizados e/ou estabelecidos à EY. A EY não executou nenhum procedimento para garantir a completude e a precisão desses dados e informações para todos os efeitos que possam ser relevantes para o resultado dos Serviços. Por esta razão, a EY não pode ser e não será responsabilizada pela identificação de todos estes aspectos, por quaisquer perdas ou contingências que possam surgir da não identificação de quaisquer elementos que possam ter algum impacto em relação aos assuntos aqui discutidos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais.). Caso as informações públicas obtidas estejam relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ao Cliente ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Da mesma forma, não faz parte do escopo dos nossos trabalhos a análise quanto à autenticidade, confiabilidade ou integridade das informações obtidas; a avaliação quanto à suficiência das informações e procedimentos conduzidos pela EY e; a avaliação de eventuais questões não identificadas como consequência de eventuais omissões de informações, inclusive no caso das referidas informações terem sido disponibilizadas à EY, mas não especificamente aos seus profissionais responsáveis pela prestação dos Serviços aqui previstos.

Os Serviços, informações, registros, dados ou recomendações apresentadas nos Relatórios (ou outra modalidade de reporte) fornecidos pela EY, em fase de elaboração ou em versão final (coletivamente "Relatórios"), destinam-se exclusivamente para a informação e uso do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e tão somente nos autos do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024. Neste sentido, não se pode divulgar, verbalmente ou por escrito, este Relatório, ou parte súmula resumo deste, ou fazer referência à EY com relação a este, a terceiro sem prévia autorização da EY, a qual deverá concordar com o uso proposto e reservar o direito de executar procedimentos adicionais que julgar necessários para adequar o Relatório ao uso pretendido, cujos custos incorridos para essa adequação serão de responsabilidade do Contratante.

O Contratante concorda que quaisquer decisões tomadas e/ou executadas por ele não serão incluídas dentro de nossas responsabilidades e que, ao tomar tais decisões, o Contratante levará em consideração as restrições do escopo do nosso trabalho e fatores comerciais e legais adicionais dos quais o Cliente está ciente, ou deveria estar, com base em outras fontes além do nosso trabalho.

A EY não assume nenhum tipo de responsabilidade ou compromisso de atualizar o Relatório para refletir eventos que possam ter ocorrido após a prestação dos Serviços e entrega da versão final do Relatório, ou por causa da aplicação de recomendações e/ou ações que não estejam expressamente indicadas no nosso escopo de trabalho, descrito no item 2 deste Relatório.

Atenciosamente,

---

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

**ÍNDICE**

ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIACÕES .....	2
1. ESCOPO .....	3
2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO .....	4
3. SUMÁRIO EXECUTIVO .....	7
4. RESULTADOS .....	8

Restrito e confidencial  
PRELIMINAR - Sujeito a alteração e finalização  
L2 - Versão 12



## ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIÇÕES

BRL - Real Brasileiro

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CEF - Caixa Econômica Federal

CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas

CEPIM - Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas

CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COMPROT - Sistema de Comunicados e Protocolos do Ministério da Fazenda

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICIJ - *International Consortium of Investigative Journalists*

ME - Ministério da Economia

N/A - Pesquisas ou Informação não aplicável ao tema referenciado

N/D - Pesquisas ou Informações indisponíveis para consulta ou análise sobre o tema referenciado

N/I - Pesquisas ou Informações não identificadas sobre o tema referenciado

OFAC - *Office of Foreign Assets Control*

ONU - Organização das Nações Unidas

PEP - Pessoa Exposta Politicamente

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

TCU - Tribunal de Contas da União

TJ - Tribunal de Justiça do Estado

TRF - Tribunal Regional Federal

TST - Tribunal Superior do Trabalho

USD - Dólar Norte-americano



## 1. ESCOPO

- 1.1. Em 28 de abril de 2020, a EY recebeu a solicitação para prestar serviços de *Integrity Due Diligence*, considerando fontes de informações públicas, com relação ao Terceiro "Livia Morena Brantes Bezerra", ("Livia Bezerra", "Terceiro" ou "Target"), inscrito no CPF sob o número 101.389.747-13, e com entidades e/ou familiares a ele relacionados (em conjunto com o Terceiro, "Targets"), os quais, conforme informação fornecida pelo Cliente, estão listados a seguir:

Nome/Razão Social	Natureza	CPF/CNPJ
Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social - ("AEDAS")	Pessoa Jurídica	03.597.850/0001-07
Zilda Maria Brantes ("Zilda Brantes")	Pessoa Física	186.398.367-87





## 2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO

2.1. Os procedimentos consistiram em pesquisas em fontes de informações públicas. Entre o período de 06 de maio de 2020 a 22 de junho de 2020, a pesquisa procurou identificar as seguintes informações:

- 2.1.1. Registros corporativos;
- 2.1.2. Registros de dívidas fiscais e outros débitos financeiros;
- 2.1.3. Registros de falências e recuperações judiciais;
- 2.1.4. Registros de processos judiciais e administrativos;
- 2.1.5. Registros relacionados a temas regulatórios;
- 2.1.6. Registros de filiação partidária;
- 2.1.7. Registros de doações eleitorais;
- 2.1.8. Registros de Pessoas Expostas Politicamente (PEP);
- 2.1.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*;
- 2.1.10. Registros de mídias digitais;

2.2. Em adição às nossas limitações gerais de escopo, listadas em nossa Carta de Contratação, foram identificadas pela EY, durante a prestação de serviço, as seguintes limitações:

- 2.2.1. Registros corporativos: Devido às limitações dos registros corporativos eletrônicos em alguns estados brasileiros, a EY compara as informações obtidas por meio de diversos registros públicos e comerciais. Esses registros podem ser discrepantes entre as bases de dados;
- 2.2.2. Registro de dívidas fiscais e outros débitos financeiros: A presente pesquisa foi conduzida em mecanismos de busca de registros fiscais em níveis federais e estaduais. As informações colhidas são organizadas pela Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretaria de Estado de Fazenda e Procuradoria-Geral do Estado e o registro do Ministério das Finanças de questões tributárias em andamento (COMPROT). Os registros oficiais são limitados em mostrar dívidas pendentes e, por isso, as instâncias em que o débito já tenha sido pago não foram incluídas nesse atual escopo;
- 2.2.3. Registros de falências e recuperações judiciais: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.4. Processos judiciais e administrativos: A presente pesquisa de indicadores de registros de processos judiciais civis, criminais, administrativos, tributários, eleitorais e trabalhistas foi conduzida nos tribunais/cortes/instituições considerando registros eletrônicos legais em nível federal e nos estados em que os *Targets* possuem registros de endereço, identificados com base nos registros em bases de dados disponíveis. As pesquisas foram conduzidas utilizando como termo de pesquisa o nome/razão social e/ou CPF/CNPJ dos *Targets*, quando possível. Pela limitação de informação acessível nas bases eletrônicas de pesquisa, outros dados podem estar disponíveis em registros físicos nos tribunais. Análises detalhadas dos registros de processos judiciais e administrativos identificados podem ser feitas mediante solicitação do Cliente e serão orçadas separadamente;
  - Não serão realizadas quaisquer análises ou interpretações jurídicas dos processos identificados;
  - As bases de dados consultadas podem estar desatualizadas, e podem não trazer resultados sobre processos judiciais e administrativos distribuídos nos últimos 5 (cinco) dias úteis contados da realização das pesquisas;
  - Os resultados das pesquisas apresentados na Seção 4 deste Relatório estão limitados aos processos judiciais e administrativos em que o *Target* consta como parte em instâncias estaduais e federais. As pesquisas de processos são realizadas em repositórios de registros judiciais eletrônicos (ex: "e-saj", "Projudi", "PJe", etc.), limitados pela ferramenta de pesquisa a 100 resultados por fonte, por instância e por Estado;
  - Os resultados quantitativos dos processos na sessão "Processos Judiciais e Administrativos" são categorizados conforme a entidade onde tramita, neste sentido os processos que constam nas bases de dados como provenientes do Ministério Público Federal são classificados e contabilizados nos tribunais, cortes ou instituições nos quais o processo se encontra no momento da pesquisa ("localização atual").

Desta forma, os processos indicados neste Relatório no campo do Ministério Público Federal referem-se apenas aos processos que constam em tramitação na Procuradoria-Geral de Justiça;

- Os resultados quantitativos classificados na Justiça Federal são provenientes de processos identificados em diários oficiais e no Ministério Público Federal que não se classificam no Tribunal Regional Federal e podem não indicar a totalidade de processos vinculados aos *Targets*, visto que a consulta de processos na Justiça Federal possui limitações específicas para cada estado;
  - Os resultados da pesquisa de processos judiciais e administrativos detalhados, quando disponíveis, estarão limitadas ao tribunal de origem, número de identificação do processo, data de distribuição, valor da causa, vara/câmara/turma, assunto e classe do processo registrado em fontes de informação pública, partes envolvidas nos processos e status da última movimentação;
  - Caso sejam identificados processos que tramitem em instâncias ou tribunais diferentes sob o mesmo número processual, estes serão contabilizados e detalhados de forma independente;
  - Não serão feitos procedimentos para identificar processos incidentes ou apensados aos processos de origem. Estes serão contabilizados de forma individual;
  - Os processos judiciais e administrativos reportados são provenientes de bases de dados de fontes públicas. Não serão reportados resultados de processos judiciais e administrativos identificados nas buscas de mídia.
  - **Categorização dos Processos:** Os processos judiciais contabilizados são classificados conforme seleção de categorias previamente acordada com o Cliente;
- 2.2.5. Registros relacionados a temas regulatórios: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.6. Filiação Partidária: A consulta foi realizada na base disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) utilizando o número do título de eleitor dos *Targets*, quando identificado.
- 2.2.7. Doações eleitorais: A base de doações eleitorais contém informações sobre doações políticas realizadas para candidatos, comitês e partidos políticos no período de 2002 a 2018, disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As informações sobre doações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa responsabilidade. A data da última atualização das informações contidas na base de dados ocorreu em junho de 2015 para os anos de 2002 a 2014, novembro de 2016 para o ano de 2016 e fevereiro de 2019 para o ano de 2018;
- 2.2.8. Pessoa Exposta Politicamente: A consulta de Pessoa Exposta Politicamente é proveniente de bases de dados de provedores de fontes públicas e os resultados reportados no item Pessoa Exposta Politicamente limitam-se aos registros identificados em consulta as bases que listam pessoas expostas politicamente e pessoas que possuem registro de relacionamento com pessoas expostas politicamente;
- A Base de dados de Pessoas Expostas Politicamente utilizada pela EY contém informações de pessoas de nacionalidade brasileira ou estrangeira que tenham ocupado cargos, empregos ou funções públicas relevantes no Brasil ou no Exterior, nos últimos 5 (cinco) anos, (“Titulares ou ex-Titulares”), assim como seus parentes (até o 2º grau) e estreitos colaboradores (“Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente”), conforme Resolução n. 29/2017 do COAF. A última atualização desta base ocorreu em 18 de dezembro de 2019 e a base consultada possui 186.850 registros.
- 2.2.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*: A presente pesquisa foi realizada com base em registros internacionais de *Compliance*. Os registros consultados são: OFAC (*Office of Foreign Assets Control*), EU (*European Union*), UN (*United Nations*), FRNL (*French Sanctions List*) e ICIJ (*Offshore list database by the international consortium of investigative journalists*);
- 2.2.10. Registros de mídias digitais: A presente pesquisa foi realizada por meio de mecanismos de busca eletrônicos e de fontes de informação eletronicamente públicas e disponíveis, relacionadas a fontes midiáticas disponíveis em inglês e português;
- A busca de registros de mídias é limitada ao nome completo do *Target* e seu nome fantasia, quando aplicável, combinado com palavras-chave previamente acordadas com o Cliente. Ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a homônimos ou nomes similares;
  - Reforçamos que os resultados gerados pelas pesquisas por termos de busca (palavras-chave) apresentam resultados diferentes quando feitas em momentos distintos por motivos inerentes dos mecanismos de busca na internet.
  - Serão observados até 100 (cem) resultados das pesquisas de mídia e reportados neste Relatório os resultados que estejam relacionados aos temas previamente acordados com o Cliente;
  - Caso sejam identificadas mais de uma mídia a respeito do mesmo assunto e com conteúdo similar, será incluída neste Relatório apenas uma das notícias;

- 2.2.11. Quando possível, a pesquisa foi conduzida com a utilização apenas do número do CPF ou CNPJ do *Target*. Em algumas ocasiões, a pesquisa pode apenas ser realizada pelo nome/razão social do *Target* casos nos quais não é possível confirmar se as informações obtidas pertencem aos *Targets* pesquisados;
- 2.2.12. As informações contidas neste Relatório estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e de âmbito nacional, exceto informações de Pessoas Expostas Politicamente, mídias digitais e listas restritivas internacionais;
- 2.2.13. A pesquisa em fontes de informação pública está sujeita a limitações inerentes, como erros de digitação, entre outros;
- 2.2.14. As informações podem estar desatualizadas nas fontes consultadas, razão pela qual não podemos assegurar sua atualização, fidedignidade ou precisão;
- 2.2.15. A EY utiliza fontes de informações que são públicas de banco de dados de provedores de fontes públicas. No entanto, salientamos que não temos nenhuma responsabilidade de avaliar ou verificar as informações recolhidas a partir de tais fontes públicas. A EY não é responsável pela integralidade, precisão ou veracidade dessas informações podendo haver um risco que certas informações sejam falsas, incompletas ou desatualizadas. Nós não assumimos a responsabilidade por este risco. Essas informações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa alçada.



### 3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. O objetivo deste procedimento é o de identificar, em fontes de informações públicas, registros relacionados aos *Targets*, considerando os elementos listados a seguir, sem prejuízo de que outras informações eventualmente identificadas e não relacionadas a estes elementos sejam apresentadas neste Relatório. Com base nos procedimentos executados, limitados em natureza e extensão e descritos na Seção 2 deste Relatório, foram identificados os seguintes resultados:

Elemento	Itens de Referência	Nome do Target
Registro de falência e/ou recuperações judiciais indicados em registros corporativos	4.1	-
Registro de Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas	4.2	-
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais	4.3	-
Registro em pesquisas internacionais de <i>Compliance</i>	4.3	-
Pessoa exposta politicamente	4.4	-
Relacionamento com pessoa exposta politicamente	4.4	-
Doações políticas	4.4	Lívia Bezerra
Filiação partidária	4.4	-
<b>Registros de mídia relacionados a:</b>		
Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	4.6	Lívia Bezerra
Interações com agentes públicos ou administração pública		Lívia Bezerra AEDAS Zilda Brantes
Parcerias com ATI em questão		-
Outras Parcerias		AEDAS
Possível atividade da empresa		AEDAS
Mídias adversas		-
<b>Processos judiciais e/ou administrativos cuja matéria esteja relacionada a:</b>		
Crimes/Atividades ilegais (e.g. fraude, suborno, corrupção, concorrência desleal e/ou crime ambiental)	4.5	Zilda Brantes
Trabalho escravo, trabalho infantil ou violação de direitos humanos		-
Recuperações judiciais e/ou falências		-
Outros litígios (e.g. civil, tributário, trabalhista, administrativo)		AEDAS Zilda Brantes
Relação com Vale		-



#### 4. RESULTADOS

##### a) Lúvia Morena Brantes Bezerra

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Lúvia Morena Brantes Bezerra	
CPF	101.389.747-13	
Data de Nascimento	29/12/1986	
Posição	Presidente	
Endereço	Travessa Pirajá, 101, Pedreira, Belém - PA, CEP: 66.083-512	
Outros Endereços	Rua de Fátima, 36, Apartamento 401, Centro, Nova Friburgo - RJ, CEP: 28.610-090 Rua Renato Arnaldo Silveira Lopes, 259, Lote 41, Parque Residencial Solares, Nova Friburgo - RJ, CEP: 28.630-342 Rua José Antônio Coelho, 407, Apartamento 53, Vila Mariana, São Paulo - SP, CEP: 04.011-061	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação <sup>1</sup>
Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social - AEDAS	03.597.850/0001-07	0,00%

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	06/05/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta

<sup>1</sup> As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.3 Bases de Conformidade			
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	06/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	06/05/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de <i>Compliance</i>			
Descrição	Data da Consulta		Resultado
Lista de Sanções - OFAC	06/05/2020		Nada consta
Lista de Sanções - ONU	06/05/2020		Nada consta
Lista de Sanções - União Europeia	06/05/2020		Nada consta
Lista de Sanções - França	06/05/2020		N/D <sup>2</sup>
<i>Offshore Leaks</i> - ICIJ	06/05/2020		Nada consta

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
Marcelo Ribeiro Freixo	PSOL	Rio de Janeiro - RJ	2016	BRL 50,00
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

#### 4.5 Processos Judiciais e Administrativos<sup>3</sup>

<sup>2</sup> Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 06/05/2020.

<sup>3</sup> As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.5 Processos Judiciais e Administrativos <sup>3</sup>							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Pará	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal de Justiça do Estado	Rio de Janeiro	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal de Justiça do Estado	São Paulo	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Pará	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Rio de Janeiro	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	São Paulo	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	2ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	2ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	8ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	15ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Pará	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Rio de Janeiro	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	São Paulo	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos					
COMPROT	N/A	N/I					
CADE	N/A	N/I					
CVM	N/A	N/I					
TCU	N/A	N/I					



#### 4.5.1 Processos Judiciais<sup>4</sup> - Informações Adicionais (caso aplicável)

Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

#### 4.6 Registros de Mídia<sup>5</sup>

Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Lattes <sup>6</sup>	2005 - 2010	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Lívia Morena Brantes Bezerra possui "Graduação em Engenharia Florestal na Universidade Federal de Viçosa, UFV, Brasil"
	2007 - 2009		Publicação do Lattes reporta que Lívia Morena Brantes Bezerra participou do projeto de extensão: "Percepção e uso sustentável do solo em assentamento de reforma agrária."
	2011 - 2012		Publicação do Lattes reporta que Lívia Morena Brantes Bezerra atuou como "Engenheira Florestal em Tèt Kole Ti Peyizan Ayisyen, TK, Haiti.", com indicação de carga horária 40.
	2013 - Atual		Publicação do Lattes reporta que Lívia Morena Brantes Bezerra atua como "Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, Brasil", com indicação de carga horária 40.
	2013		Publicação do Lattes reporta que Lívia Morena Brantes Bezerra possui "Mestrado em Geografia na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil"
INCRA <sup>7</sup>	N/I	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no portal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, reporta a lista de indivíduos selecionados para participar do "Curso a Distância Cadastro Ambiental Rural", em que consta Lívia Morena Brantes Bezerra como um dos selecionados.
AEDAS <sup>8</sup>	N/I	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no <i>website</i> da Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS) reporta o histórico de criação e atuação da AEDAS, em que consta Lívia Morena Brantes Bezerra como atual Presidente da Instituição.

<sup>4</sup> As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>5</sup> A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>6</sup> Fonte: [Lattes](#). Acesso em 26/05/2020.

<sup>7</sup> Fonte: [INCRA](#). Acesso em 26/05/2020.

<sup>8</sup> Fonte: [AEDAS](#). Acesso em 26/05/2020.





4.6 Registros de Mídia <sup>5</sup>			
Ver Salários <sup>9</sup>	N/I	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal Ver Salários, do Governo Federal, reporta que Livia Morena Brantes Bezerra como "Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, Brasil".
World Rainforest Movement <sup>10</sup>	N/I	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação da World Rainforest Movement endereçada aos profissionais e estudantes da área ambiental: "Monoculture tree plantations are not forests", tratando da questão da monocultura florestal e os impactos ambientais que a adoção desta forma de reflorestamento traz ao bioma, sendo Livia Morena Brantes Bezerra uma signatária.
Lindomar Padilha <sup>11</sup>	21/03/2013	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal Lindomar Padilha reporta a elaboração de: "Carta aberta a ONU e suas instituições e iniciativas relacionadas com problemas das florestas (FAO, CDB, UNFCCC, UNCCD e UNFF)", sendo Livia Morena Brantes Bezerra um dos signatários.
Diário Oficial da União <sup>12</sup>	11/11/2013	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação no Diário Oficial da União, no portal do Governo Federal, com o objetivo de "Instituir a Equipe de Vistoria Ambiental - EVA, coordenada pela Coordenação de Meio Ambiente e Recursos Naturais- DTM, para atuar na Amazônia Legal, junto aos pontos críticos de degradação e ou desmatamento ilegal nos Projetos de Assentamentos (...)". Livia Morena Brantes Bezerra teria sido nomeada como integrante da Equipe de Vistoria Ambiental pelo então presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Carlos Mario Guedes de Guedes.
Jusbrasil <sup>13</sup>	26/04/2016	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Em publicação do Diário Oficial, divulgada no website do Jusbrasil, é reportada a nomeação de Livia Morena Brantes Bezerra, ocupante do cargo efetivo de Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário para exercer os encargos de Substituto do Chefe de Divisão da Divisão de Desenvolvimento, da Superintendência Regional de Minas Gerais. A nomeação teria sido realizada por Gilson de Souza, então Superintendente Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.
Diário Oficial da União <sup>14</sup>	03/08/2016	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas	Em publicação do Diário Oficial é reportada a dispensa de Livia Morena Brantes Bezerra do cargo de Substituto do Chefe de Divisão, da Divisão de

<sup>9</sup> Fonte: [Ver Salários](#). Acesso em 26/05/2020.

<sup>10</sup> Fonte: [World Rainforest Movement](#). Acesso em 26/05/2020.

<sup>11</sup> Fonte: [Lindomar Padilha](#). Acesso em 26/05/2020.

<sup>12</sup> Fonte: [Diário Oficial da União](#). Acesso em 26/05/2020.

<sup>13</sup> Fonte: [Jusbrasil](#). Acesso em 26/05/2020.

<sup>14</sup> Fonte: [Diário Oficial da União](#). Acesso em 26/05/2020.



4.6 Registros de Mídia <sup>5</sup>			
		e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Desenvolvimento, da Superintendência Regional de Minas Gerais.
Revista da Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP <sup>15</sup>	19/11/2017	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação científica de autoria de Lívia Morena Brantes Bezerra: “Cooperação Internacional e a disputa do desenvolvimento do Haiti”. Há o debate sobre a importância do esforço internacional para auxiliar o Haiti em seu desenvolvimento, haja vista os baixos recursos do país e a necessidade de ajuda humanitária.

<sup>15</sup> Fonte: [Revista da Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP](#). Acesso em 26/05/2020.



b) Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social - AEDAS

4.1 Dados Cadastrais			
Razão Social	Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social - AEDAS		
Nome Fantasia	N/I		
CNPJ	03.597.850/0001-07		
Natureza Jurídica	Associação Privada		
CNAE Primário	94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CNAE Secundário	94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
Capital Social	N/I		
Data de Abertura	07/01/2000		
Endereço	Rua Frei Caneca, 139, Bonfim, Belo Horizonte - MG, CEP: 31.210-530		
Outros Endereços	N/I		
Filiais	N/I		
Registro SINTEGRA	N/I		
Website <sup>16</sup>	<a href="#">AEDAS</a>		
Acionistas/Sócios/Diretores			
Nome/Razão Social	CPF/CNPJ	% Participação <sup>17</sup>	Função/Cargo
Adília Nogueira Sozzi	075.243.856-50	0,00%	Diretor
Alex Sandra Maranhão	057.861.589-42	0,00%	Diretor
Lívia Morena Brantes Bezerra	101.389.747-13	0,00%	Presidente
Thais Amélia de Oliveira Gomes	099.327.886-86	0,00%	Diretor
Participações em Outras Empresas			
Razão Social	CNPJ	% Participação <sup>18</sup>	
N/I	N/I	N/I	

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			

<sup>16</sup> A busca de *websites* é limitada ao nome do *Target* e possíveis variações e, portanto, ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a outras entidades que não sejam o *Target*. Acesso em 06/05/2020.

<sup>17</sup> O percentual total de participação societária reportado pelas bases de dados consultadas, por características específicas dessas bases para atualização das informações, pode ocasionalmente não completar, ou ultrapassar, a totalidade dos 100%. As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

<sup>18</sup> As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.



4.2 Certificados			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Contratação Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados da Previdência Social	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Consulta de Regularidade do Empregador - FGTS	Caixa Econômica Federal	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	06/05/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta
Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	06/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	06/05/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	06/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	06/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	06/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	06/05/2020	N/D <sup>19</sup>	
Offshore Leaks - ICIJ	06/05/2020	Nada consta	

<sup>19</sup> Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 06/05/2020.





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos <sup>20</sup>							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	01	N/A	N/A	N/A	N/A	01
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos				
COMPROT	N/A		N/I				
CADE	N/A		N/I				
CVM	N/A		N/I				
TCU	N/A		N/I				

<sup>20</sup> As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.5.1 Processos Judiciais <sup>21</sup> - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	0010472-73.2018.5.03.0114	N/I	N/I	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Autor: Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social - AEDAS Réu: Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas do Estado de Minas Gerais SINTIBREF MG; Sindicato das Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas do Estado de Minas Gerais

4.6 Registros de Mídia <sup>22</sup>			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Brazil Foundation <sup>23</sup>	N/I	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades  Possível atividade da empresa	Publicação do portal da Brazil Foundation reporta que: "Com mais 30 anos de experiência em apoio à população atingida por barragens, a AEDAS está desde o dia seguinte à catástrofe auxiliando os moradores da região. A organização auxilia mais de 30 mil famílias atingidas por barragens em Minas Gerais, atendendo a agricultores, povos indígenas, ribeirinhos, pescadores, garimpeiros, remanescentes de quilombos e populações urbanas. O objetivo principal da AEDAS é defender os direitos das famílias atingidas e garantir um plano de negociação coletiva no momento da criação de grandes empreendimentos e início de danos ambientais, visando a reparação justa em habitação, fundiários, saneamento, transporte e estradas, educação, saúde etc."
Ministério Público Federal em Minas Gerais <sup>24</sup>	N/I	Possível atividade da empresa  Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal do Ministério Público de Minas Gerais reporta a realização de "assembleia realizada nessa terça-feira, 16 de julho, em Divinópolis, foi celebrado acordo para o início dos trabalhos de prestação de assessoria técnica aos atingidos pelo acionamento do Plano de Ação de Emergência da Barragem de Mineração (PAEBM) do Complexo Minerário de Serra Azul, no município de Itatiaiuçu, a 79 km de Belo Horizonte. (...) A entidade contratada foi a Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS), escolhida de forma autônoma pelos

<sup>21</sup> As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>22</sup> A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>23</sup> Fonte: [Brazil Foundation](http://Brazil Foundation). Acesso em 26/05/2020.

<sup>24</sup> Fonte: [Ministério Público de Minas Gerais](http://Ministério Público de Minas Gerais). Acesso em 26/05/2020.



4.6 Registros de Mídia <sup>22</sup>			
			<i>próprios atingidos no último dia 20 de maio. A entidade deverá elaborar o plano de reparação integral aos atingidos, para a garantia de seus direitos e retomada dos modos de vida."</i>
AEDAS <sup>25</sup>	N/I	Possível atividade da empresa Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação no <i>website</i> da AEDAS é reportado que a empresa atua em conjunto com movimentos sociais, associações comunitárias, sindicatos locais e estaduais. Entre os parceiros é citado o BNDES, PUC Minas, Assembleia de Minas, CEMIG, Fundação Banco do Brasil, UFMG, Sindipetro, Petrobras etc.
Observatório da Mineração <sup>26</sup>	25/07/2015	Possível atividade da empresa	Publicação do portal Observatório da Mineração reporta que em entrevista, a empresa Samarco teria respondido perguntas sobre o desastre ambiental em Mariana/MG. Em uma das respostas, a AEDAS é citada: <i>"fizemos um acordo com o Ministério Público de Minas Gerais que prevê assistência técnica aos impactados por meio da Cáritas para os impactados em Mariana e da Aedas (Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social) para os impactados de Barra Longa."</i>
Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais <sup>27</sup>	30/10/2015	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais reporta em seu Diário Oficial o Projeto de Lei nº 2.803/2015 que tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social - Aedas.
Portal da Transparência de Minas Gerais <sup>28</sup>	31/12/2015	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação no Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais, contendo as contribuições feitas às Entidades Assistenciais pelo Governo do Estado de Minas Gerais, no ano de 2015 reporta a AEDAS como uma das entidades beneficiadas, tendo recebido a título de contribuição o valor de BRL 40.000,00.
Portal de Transparência do Estado de Minas Gerais <sup>29</sup>	31/12/2015	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação no Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais reporta Parceria firmada entre a Secretaria de Estado e Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais e a AEDAS, com o objetivo de <i>"Possibilitar o desenvolvimento social, econômico e sustentável de família que trabalhem com a Agricultura Urbana na região metropolitana de Belo Horizonte - MG, através da capacitação sobre as temáticas: técnicas e</i>

<sup>25</sup> Fonte: [AEDAS](#). Acesso em 03/06/2020.

<sup>26</sup> Fonte: [Observatório da Mineração](#). Acesso em 26/05/2020.

<sup>27</sup> Fonte: [Assembleia Legislativa de Minas Gerais](#). Acesso em 26/05/2020.

<sup>28</sup> Fonte: [Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais](#). Acesso em 26/05/2020.

<sup>29</sup> Fonte: [Portal da Transparência de Minas Gerais](#). Acesso em 26/05/2020.



4.6 Registros de Mídia <sup>22</sup>			
			<i>conceitos de potencialização da Agricultura Urbana e Energias Alternativas com o uso de Tecnologias Sociais</i> ". Para realização da parceria citada, a AEDAS teria recebido o valor de BRL 40.000,00.
Brasil de Fato <sup>30</sup>	19/05/2018	Possível atividade da empresa	Publicação no portal Brasil de Fato reporta denúncias feitas pela AEDAS e o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). Consta na matéria que "a Fundação Renova estaria construindo e reformando casas em terrenos afetados pela lama da Barragem de Fundão, que rompeu em novembro de 2015. A fundação, criada para reparar os danos causados aos atingidos pelo crime ambiental da Samarco, também teria plantado leguminosas e hortas em áreas que foram cobertas pela lama."
Jornal Estado de Minas <sup>31</sup>	21/05/2019	Possível atividade da empresa Outras Parcerias	Publicação de matéria no portal Jornal Estado de Minas reporta que em audiência realizada entre a Vale e órgãos públicos foi homologada a AEDAS como assessoria técnica independente dos atingidos que moram em Brumadinho. Segundo a mídia: "caberá à Aedas viabilizar a reparação integral dos danos causados aos moradores da cidade. A associação vai receber, inicialmente, R\$ 100 mil da Justiça para prestar o serviço."
Bem Minas <sup>32</sup>	26/06/2019	Possível atividade da empresa	Publicação do portal Bem Minas reporta que "A Vale informou hoje (26) que concluiu até o momento 49 acordos individuais para indenizar por danos morais e materiais vítimas da tragédia de Brumadinho (MG)". A AEDAS é citada na matéria como sendo a assessoria técnica escolhida pelos moradores de Brumadinho, pelos municípios banhados pelo Rio Paraopeba e município de Barra Longa.
Fundo Brasil <sup>33</sup>	18/07/2019	Interações com agentes públicos ou administração pública Outras Parcerias	Publicação do website Fundo Brasil reporta que o Fundo Brasil de Direitos Humanos: "na qualidade de expert do Ministério Público, vai contratar e fazer a coordenação metodológica do trabalho de assessorias técnicas independentes que prestarão serviço às comunidades da Bacia do Rio Doce atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana." A AEDAS é apontada como uma das associações técnicas escolhidas pelo Fundo Brasil para atuar nas regiões atingidas pelo desastre de Mariana.
Ministério Público	24/07/2019	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal do Ministério Público de Minas Gerais reporta

<sup>30</sup> Fonte: [Brasil de Fato](#). Acesso em 26/05/2020.

<sup>31</sup> Fonte: [Jornal Estado de Minas](#). Acesso em 26/05/2020.

<sup>32</sup> Fonte: [Bem Minas](#). Acesso em 26/05/2020.

<sup>33</sup> Fonte: [Fundo Brasil](#). Acesso em 26/05/2020.





4.6 Registros de Mídia <sup>22</sup>			
do Estado de Minas Gerais <sup>34</sup>		Possível atividade da empresa	reunião realizada entre os atingidos pelo rompimento da barragem em Brumadinho e a AEDAS. Na ocasião, "a Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas), entidade de assessoria técnica independente escolhida por 22 comissões de atingidos da região 1, apresentou a representantes das comunidades o plano de trabalho elaborado, que será cumprido pela Vale. Os participantes tiraram dúvidas sobre o plano, apresentaram reivindicações e sugestões de melhoria."
Câmara Legislativa <sup>35</sup>	12/09/2019	Interações com agentes públicos ou administração pública	Relatório final da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Estado de Minas Gerais para apuração das causas do rompimento da barragem da Mineradora Vale, em Brumadinho. A AEDAS é reconhecida no documento como uma das assessorias técnicas escolhidas pelos moradores de Brumadinho (região 1) para auxiliá-los, trazendo os procedimentos adotados e critérios utilizados na escolha.
Agência Brasil <sup>36</sup>	17/12/2019	Interações com agentes públicos ou administração pública Possível atividade da empresa	Publicação do portal Agência Brasil reporta que "Estudo revela poeira com metais em áreas afetadas por lama da Samarco". O Estudo publicado revela alta concentração de metais pesados em amostras de solo retiradas de casas em Barra Longa e Mariana/MG. A AEDAS é citada como sendo patrocinadora de um outro estudo feito em amostras de água e solo, realizado pelo Laboratório de educação Ambiental, Arquitetura, Urbanismo, Engenharias e Pesquisa para a Sustentabilidade, da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), em que foram encontrados altos níveis de ferro, no solo, e cobre, zinco e níquel, na água.
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri <sup>37</sup>	20/12/2019	Interações com agentes públicos ou administração pública Outras Parcerias	Matéria do portal da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri reporta parceria firmada entre a Universidade e a AEDAS, a fim selecionar bolsistas e voluntários para projetos de iniciação científica com foco na atuação do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico "Veredas Sol e Lares - uma alternativa para o múltiplo aproveitamento energético em reservatórios de usinas hidrelétricas na região do Semiárido Mineiro".
Racismo Ambiental <sup>38</sup>	21/01/2020	Possível atividade da empresa	Publicação no portal Racismo Ambiental reporta o conflito entre as mineradoras (Vale, Samarco e BHP Billiton) e as Assessorias Técnicas Independentes (Aedas, Adai, Cáritas Diocese de Itabira, Cáritas

<sup>34</sup> Fonte: [Ministério Público de Minas Gerais](http://www.mg.gov.br). Acesso em 26/05/2020.

<sup>35</sup> Fonte: [Câmara Legislativa](http://www.camara.mg.gov.br). Acesso em 26/05/2020.

<sup>36</sup> Fonte: [Agência Brasil](http://www.agenciabrasil.gov.br). Acesso em 26/05/2020.

<sup>37</sup> Fonte: [Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri](http://www.ufop.edu.br). Acesso em 26/05/2020.

<sup>38</sup> Fonte: [Racismo Ambiental](http://www.racismoambiental.org.br). Acesso em 26/05/2020.



4.6 Registros de Mídia <sup>22</sup>			
			Diocesana de Governador Valadares e Centro Agroecológico Tamanduá). De acordo com o portal, as ATI's "denunciam que o valor global financeiro apresentado pelas mineradoras é catorze vezes menor do que o construído de forma participativa, e aprovado pela Força Tarefa e pelo Fundo Brasil. Além disso, as empresas contestam o tempo de quatro anos de duração das Assessorias Técnicas, aprovado pela Justiça. Para as mineradoras, o tempo de trabalho deveria ser de apenas um ano."
AEDAS <sup>39</sup>	25/01/2020	Possível atividade da empresa	Nota pública veiculada no portal da AEDAS tecendo críticas às mineradoras em relação a seu posicionamento e forma de condução da situação dos atingidos pelo rompimento da barragem de Brumadinho um ano após a ocorrência da tragédia. A Nota Pública cita: "a urgente a aprovação no Senado Federal do Projeto de Lei 2.788/19 que estabelece Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens e na Assembleia Legislativa de Minas Gerais a aprovação em 2º turno do Projeto de Lei 1.200/15, que institui a Política Estadual de Apoio às Comunidades Atingidas pela Construção de Barragens".
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Campus Três Rios <sup>40</sup>	08/04/2020	Interações com agentes públicos ou administração pública Possível atividade da empresa	Publicação realizada no portal da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Campus Três Rios reportando que: "A AEDAS, observando o disposto no Termo de Referência da Chamada Pública - Assessoria técnica independente - Bacia do Paraopeba elaborado pelas Instituições de Justiça, vem tornar público a realização de processo seletivo de profissionais para compor as Equipes Técnicas Multidisciplinares (Equipes) dos Projetos de ASSESSORIA TÉCNICA AOS ATINGIDOS E AS ATINGIDAS em razão do rompimento da barragem B-I e soterramento das Barragens B-IV e B-IV-A da Mina Córrego do Feijão da empresa Vale S.A. na Região 1 - Brumadinho/ MG e Região 2 - Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Betim, Igarapé e Juatuba/MG para a democratização das decisões relativas à reparação integral das perdas e danos."

<sup>39</sup> Fonte: [AEDAS](#). Acesso em 26/05/2020.

<sup>40</sup> Fonte: [Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro](#). Acesso em 26/05/2020.





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

c) Zilda Maria Brantes

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Zilda Maria Brantes	
CPF	186.398.367-87	
Data de Nascimento	20/05/1946	
Posição	Mãe de Lívia Morena Brantes Bezerra	
Endereço	Rua Lapela, 259, São Geraldo, Nova Friburgo - RJ, CEP: 28.630-490	
Outros Endereços	Rua Norberto Alves da Rocha, 42, Parque Residencial Solares, Nova Friburgo - RJ, CEP: 28.630-350 Rua Renato Arnaldo Silveira Lopes, 42, Parque Residencial Solares, Nova Friburgo - RJ, CEP: 28.630-342 Rua Renato Arnaldo Silveira Lopes, 42, 42, Parque Residencial Solares, Nova Friburgo - RJ, CEP: 28.630-342 Rua Renato Arnaldo Silveira Lopes, 259, Parque Residencial Solares, Nova Friburgo - RJ, CEP: 28.630-342	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação <sup>41</sup>
N/I	N/I	N/I

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	25/05/2020	N/D <sup>42</sup>
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	25/05/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado

<sup>41</sup> As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

<sup>42</sup> Não foi possível realizar consulta, o website informa que: "As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 186.398.367-87 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet."



4.3 Bases de Conformidade			
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	25/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	25/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	25/05/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	25/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	25/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	25/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	25/05/2020	N/D <sup>43</sup>	
Offshore Leaks - ICIJ	25/05/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/I	N/I	N/I	N/I
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

<sup>43</sup> Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 06/05/2020.





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.5 Processos Judiciais e Administrativos <sup>44</sup>							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Rio de Janeiro	04	N/A	N/A	N/A	N/A	04
Justiça Federal	Rio de Janeiro	04	N/A	N/A	N/A	N/A	04
Tribunal Regional Federal	2ª Região	04	N/A	N/A	N/A	N/A	04
Tribunal Regional do Trabalho	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Rio de Janeiro	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos				
COMPROT	N/A		04				
CADE	N/A		N/I				
CVM	N/A		N/I				
TCU	N/A		N/I				

4.5.1 Processos Judiciais <sup>45</sup> - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	0040967-66.1992.8.19.0001	N/I	Direito Civil	Procedimento Comum	Autor: Fiat Administradora de Consorcio Ltda. Réu: Zilda Maria Brantes
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	0004220-04.1995.8.19.0037	N/I	Benefícios em Espécie	Petição - Cível	Autor: Zilda Maria Brantes Réu: Fiat Administradora De Consórcios Ltda.
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	0100953-04.1999.8.19.0001	N/I	Atos processuais	Carta Precatória - CPC	Autor: Zilda Maria Brantes Réu: Fiat Administradora De Consórcios Ltda.

<sup>44</sup> As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>45</sup> As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.5.1 Processos Judiciais <sup>45</sup> - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	0001599-53.2003.8.19.0037	N/I	Inventário e Partilha	Arrolamento Comum	Inventariado: Judith Pereira Brantes Inventariante: Zilda Maria Brantes
Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro	2000.51.01.504434-6-MSIPREV	01/06/2000	N/I	Mandado de Segurança Individual/Previdenciário	Autor: Zilda Maria Brantes Réu: Gerente Executivo no Rio de Janeiro - Sul da Superintendência do INSS
Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro	0522393-82.2003.4.02.5101	N/I	N/I	N/I	Autor: Ministério Público Federal Réu: Zilda Maria Brantes E Outros
Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro	2006.51.05.000143-7-CPREC	20/01/2006	N/I	Precatória - Matéria Penal	Autor: Ministério Público Federal Réu: Zilda Maria Brantes
Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro	5097737-79.2019.4.02.5101	N/I	N/I	N/I	Requerente: Zilda Maria Brantes Requerido: União - Advocacia Geral Da União
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	2002.02.01.003126-5-AMS	14/02/2002	N/I	Apelação em Mandado de Segurança	Autor: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS Réu: Zilda Maria Brantes
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	0001173-10.2009.4.02.5155	10/12/2009	Vencimentos ou Proventos de Servidores Públicos	Processo Cível e do Trabalho - Procedimento do Juizado Especial Cível - Processo de Conhecimento - Procedimento de Conhecimento	Ativa: Zilda Maria Brantes Passiva: União Federal Ministério da Saúde
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	0008602-11.2012.5.01.0000	28/06/2012	N/I	N/I	Ativa: Zilda Maria Brantes e Outros Passiva: União Federal
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	0000496-38.2013.4.02.5155	15/08/2013	Vencimentos ou Proventos de Servidores Públicos	Processo Cível e do Trabalho - Procedimento do Juizado Especial Cível - Processo de Conhecimento - Procedimento de Conhecimento	Ativa: Zilda Maria Brantes Passiva: União Federal

4.6 Registros de Mídia <sup>46</sup>			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Escavador <sup>47</sup>	N/I	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Escavador reporta que foram localizados 3 processos judiciais

<sup>46</sup> A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.6 Registros de Mídia <sup>46</sup>			
			em que consta Zilda Maria Brantes como parte. São eles: Ação Ordinária de Inventário e Partilha, n. 0001599-53.2003.8.19.0037, da 03 Vara Cível de Nova Friburgo - RJ; Ação Penal n. 0522393-82.2003.4.02.5101, da 03 Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro; e Ação de Execução n. 5097737-79.2019.4.02.5101, em trâmite pela 04 Vara Federal do Rio de Janeiro.
Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro <sup>48</sup>	01/01/2011	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de ato processual relacionado a Ação de Execução n. 0067100-28.1989.5.01.0511, de autoria de Zilda Maria Brantes em face da União Federal. " <i>Ciência homologação dos cálculos de fls. 239, fixando o valor do crédito autoral, sendo que os autos estarão disponíveis para eventuais exames, após a efetiva citação da parte executada.</i> "
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro <sup>49</sup>	26/01/2016	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação feita no portal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Relação de credores apresentada em juízo pela empresa Barros e Barros, no bojo de processo judicial de falência, em que consta a Zilda Maria Brantes como sendo um de seus credores.

<sup>47</sup> Fonte: [Escavador](#). Acesso em 26/05/2020.

<sup>48</sup> Fonte: [Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro](#). Acesso em 26/05/2020.

<sup>49</sup> Fonte: [Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro](#). Acesso em 26/05/2020.



Belo Horizonte, 22 de junho de 2020.

**Ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUÍZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE**

**Ref.: Processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024**

Requerente: ESTADO DE MINAS GERAIS, DPMG, MINISTÉRIO PÚBLICO – MPMG

Requerido: VALE S.A.

**ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S (“EY”)**, ora designada como empresa prestadora de serviços de Asseguração Razoável no processo em referência, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao previsto na contratação em referência, apresentar o presente Relatório Factual referente às pesquisas em fontes de informações públicas referente ao Terceiro “Luiz Henrique Shikasho, CPF: 068.590.056-88, coordenador institucional da AEDAS.”

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 “Procedimentos Executados e Limitações de Escopo” deste Relatório (“Relatório”), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras da Contratante, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto de análise para a execução dos trabalhos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais). Na hipótese de as informações públicas obtidas estarem relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Sendo o que havia para o momento, nos colocamos à disposição para o esclarecimento de dúvidas adicionais.

**ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.**





# Relatório Factual Preliminar Levantamento de Informações

LUIS HENRIQUE SHIKASHO

JUNHO DE 2020



**Building a better  
working world**



Número do documento: 2007061833438600000121981690

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2007061833438600000121981690>

Assinado eletronicamente por: SILVIA MARIA DA MOTA CUNHA DIAS - 06/07/2020 18:33:44

26 de junho de 2020

A/C: Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Ref.: Relatório Factual Preliminar

Att.: Vossa Excelência Sr. Elton Pupo Nogueira

Prezada Excelência Sr. Juiz,

De acordo com os termos da Declaração de Trabalho datada de 27 de março de 2020, assinada entre Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY" ou "Nós") e Vale S.A ("Vale" ou "Cliente" ou "Contratante"), sob a Ordem de Serviço (OS) 01-2020, a EY foi contratada para prestar, dentre outros, serviços de auditoria de dispêndios e auditoria finalística de asseguarção das atividades das assessorias técnicas no âmbito do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024 (processo).

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 "Procedimentos Executados e Limitações de Escopo" deste Relatório ("Relatório"), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras do Cliente, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto do nosso Serviço.

A EY não expressa opinião ou parecer legal sobre os assuntos aqui discutidos. Além disso, a EY, seus sócios ou empregados não fornecerão, como parte deste trabalho, nenhum tipo de assessoria legal.

Parte dos dados e informações analisados e utilizados para a elaboração deste Relatório foram disponibilizados e/ou estabelecidos à EY. A EY não executou nenhum procedimento para garantir a completude e a precisão desses dados e informações para todos os efeitos que possam ser relevantes para o resultado dos Serviços. Por esta razão, a EY não pode ser e não será responsabilizada pela identificação de todos estes aspectos, por quaisquer perdas ou contingências que possam surgir da não identificação de quaisquer elementos que possam ter algum impacto em relação aos assuntos aqui discutidos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais.). Caso as informações públicas obtidas estejam relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ao Cliente ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Da mesma forma, não faz parte do escopo dos nossos trabalhos a análise quanto à autenticidade, confiabilidade ou integridade das informações obtidas; a avaliação quanto à suficiência das informações e procedimentos conduzidos pela EY e; a avaliação de eventuais questões não identificadas como consequência de eventuais omissões de informações, inclusive no caso das referidas informações terem sido disponibilizadas à EY, mas não especificamente aos seus profissionais responsáveis pela prestação dos Serviços aqui previstos.

Os Serviços, informações, registros, dados ou recomendações apresentadas nos Relatórios (ou outra modalidade de reporte) fornecidos pela EY, em fase de elaboração ou em versão final (coletivamente "Relatórios"), destinam-se exclusivamente para a informação e uso do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e tão somente nos autos do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024. Neste sentido, não se pode divulgar, verbalmente ou por escrito, este Relatório, ou parte súmula resumo deste, ou fazer referência à EY com relação a este, a terceiro sem prévia autorização da EY, a qual deverá concordar com o uso proposto e reservará o direito de executar procedimentos adicionais que julgar necessários para adequar o Relatório ao uso pretendido, cujos custos incorridos para essa adequação serão de responsabilidade do Contratante.

O Contratante concorda que quaisquer decisões tomadas e/ou executadas por ele não serão incluídas dentro de nossas responsabilidades e que, ao tomar tais decisões, o Contratante levará em consideração as restrições do escopo do nosso trabalho e fatores comerciais e legais adicionais dos quais o Cliente está ciente, ou deveria estar, com base em outras fontes além do nosso trabalho.

A EY não assume nenhum tipo de responsabilidade ou compromisso de atualizar o Relatório para refletir eventos que possam ter ocorrido após a prestação dos Serviços e entrega da versão final do Relatório, ou por causa da aplicação de recomendações e/ou ações que não estejam expressamente indicadas no nosso escopo de trabalho, descrito no item 2 deste Relatório.

Atenciosamente,

---

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

**ÍNDICE**

ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIações .....	2
1. ESCOPO .....	3
2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO .....	4
3. SUMÁRIO EXECUTIVO .....	7
4. RESULTADOS .....	8

Restrito e confidencial  
PRELIMINAR - Sujeito a alteração e finalização  
L2 - Versão 12



## ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIações

BRL - Real Brasileiro

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CEF - Caixa Econômica Federal

CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas

CEPIM - Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas

CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COMPROT - Sistema de Comunicados e Protocolos do Ministério da Fazenda

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICIJ - *International Consortium of Investigative Journalists*

ME - Ministério da Economia

N/A - Pesquisas ou Informação não aplicável ao tema referenciado

N/D - Pesquisas ou Informações indisponíveis para consulta ou análise sobre o tema referenciado

N/I - Pesquisas ou Informações não identificadas sobre o tema referenciado

OFAC - *Office of Foreign Assets Control*

ONU - Organização das Nações Unidas

PEP - Pessoa Exposta Politicamente

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

TCU - Tribunal de Contas da União

TJ - Tribunal de Justiça do Estado

TRF - Tribunal Regional Federal

TST - Tribunal Superior do Trabalho

USD - Dólar Norte-americano





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

## 1. ESCOPO

- 1.1. Em 28 de Abril de 2020, a EY recebeu a solicitação para prestar serviços de *Integrity Due Diligence*, considerando fontes de informações públicas, com relação ao Terceiro "Luis Henrique Shikasho", ("Luis Shikasho", "Terceiro" ou "Target"), inscrito no CPF sob o número 068.590.056-88, e com relação a entidades e/ou familiares a ele relacionados (em conjunto com o Terceiro, "Targets"), os quais, conforme informação fornecida pelo Cliente, estão listados a seguir:

Nome/Razão Social	Natureza	CPF/CNPJ
Comunidade Santo Antonio - Comuna S.A ("Comuna S.A.")	Pessoa Jurídica	65.156.408/0001-00
Neide de Fatima Moreno Shikasho ("Neide Shikasho")	Pessoa Física	924.434.438-68



## 2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO

2.1. Os procedimentos consistiram em pesquisas em fontes de informações públicas. Entre o período de 28 de abril de 2020 a 12 de junho de 2020, a pesquisa procurou identificar as seguintes informações:

- 2.1.1. Registros corporativos;
- 2.1.2. Registros de dívidas fiscais e outros débitos financeiros;
- 2.1.3. Registros de falências e recuperações judiciais;
- 2.1.4. Registros de processos judiciais e administrativos;
- 2.1.5. Registros relacionados a temas regulatórios;
- 2.1.6. Registros de filiação partidária;
- 2.1.7. Registros de doações eleitorais;
- 2.1.8. Registros de Pessoas Expostas Politicamente (PEP);
- 2.1.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*;
- 2.1.10. Registros de mídias digitais;

2.2. Em adição às nossas limitações gerais de escopo, listadas em nossa Carta de Contratação, foram identificadas pela EY, durante a prestação de serviço, as seguintes limitações:

- 2.2.1. Registros corporativos: Devido às limitações dos registros corporativos eletrônicos em alguns estados brasileiros, a EY compara as informações obtidas por meio de diversos registros públicos e comerciais. Esses registros podem ser discrepantes entre as bases de dados;
- 2.2.2. Registro de dívidas fiscais e outros débitos financeiros: A presente pesquisa foi conduzida em mecanismos de busca de registros fiscais em níveis federais e estaduais. As informações colhidas são organizadas pela Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretaria de Estado de Fazenda e Procuradoria-Geral do Estado e o registro do Ministério das Finanças de questões tributárias em andamento (COMPROT). Os registros oficiais são limitados em mostrar dívidas pendentes e, por isso, as instâncias em que o débito já tenha sido pago não foram incluídas nesse atual escopo;
- 2.2.3. Registros de falências e recuperações judiciais: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.4. Processos judiciais e administrativos: A presente pesquisa de indicadores de registros de processos judiciais civis, criminais, administrativos, tributários, eleitorais e trabalhistas foi conduzida nos tribunais/cortes/instituições considerando registros eletrônicos legais em nível federal e nos estados em que os *Targets* possuem registros de endereço, identificados com base nos registros em bases de dados disponíveis. As pesquisas foram conduzidas utilizando como termo de pesquisa o nome/razão social e/ou CPF/CNPJ dos *Targets*, quando possível. Pela limitação de informação acessível nas bases eletrônicas de pesquisa, outros dados podem estar disponíveis em registros físicos nos tribunais. Análises detalhadas dos registros de processos judiciais e administrativos identificados podem ser feitas mediante solicitação do Cliente e serão orçadas separadamente;
  - Não serão realizadas quaisquer análises ou interpretações jurídicas dos processos identificados;
  - As bases de dados consultadas podem estar desatualizadas, e podem não trazer resultados sobre processos judiciais e administrativos distribuídos nos últimos 5 (cinco) dias úteis contados da realização das pesquisas;
  - Os resultados das pesquisas apresentados na Seção 4 deste Relatório estão limitados aos processos judiciais e administrativos em que o *Target* consta como parte em instâncias estaduais e federais. As pesquisas de processos são realizadas em repositórios de registros judiciais eletrônicos (ex: "e-saj", "Projudi", "PJe", etc.), limitados pela ferramenta de pesquisa a 100 resultados por fonte, por instância e por Estado;
  - Os resultados quantitativos dos processos na sessão "Processos Judiciais e Administrativos" são categorizados conforme a entidade onde tramita, neste sentido os processos que constam nas bases de dados como provenientes do Ministério Público Federal são classificados e contabilizados nos tribunais, cortes ou instituições nos quais o processo se encontra no momento da pesquisa ("localização atual").

Desta forma, os processos indicados neste Relatório no campo do Ministério Público Federal referem-se apenas aos processos que constam em tramitação na Procuradoria-Geral de Justiça;

- Os resultados quantitativos classificados na Justiça Federal são provenientes de processos identificados em diários oficiais e no Ministério Público Federal que não se classificam no Tribunal Regional Federal e podem não indicar a totalidade de processos vinculados aos *Targets*, visto que a consulta de processos na Justiça Federal possui limitações específicas para cada estado;
  - Os resultados da pesquisa de processos judiciais e administrativos detalhados, quando disponíveis, estarão limitados ao tribunal de origem, número de identificação do processo, data de distribuição, valor da causa, vara/câmara/turma, assunto e classe do processo registrado em fontes de informação pública, partes envolvidas nos processos e status da última movimentação;
  - Caso sejam identificados processos que tramitem em instâncias ou tribunais diferentes sob o mesmo número processual, estes serão contabilizados e detalhados de forma independente;
  - Não serão feitos procedimentos para identificar processos incidentes ou apensados aos processos de origem. Estes serão contabilizados de forma individual;
  - Os processos judiciais e administrativos reportados são provenientes de bases de dados de fontes públicas. Não serão reportados resultados de processos judiciais e administrativos identificados nas buscas de mídia.
  - Categorização dos Processos: Os processos judiciais contabilizados são classificados conforme seleção de categorias previamente acordada com o Cliente;
- 2.2.5. Registros relacionados a temas regulatórios: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.6. Filiação Partidária: A consulta foi realizada na base disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) utilizando o número do título de eleitor dos *Targets*, quando identificado.
- 2.2.7. Doações eleitorais: A base de doações eleitorais contém informações sobre doações políticas realizadas para candidatos, comitês e partidos políticos no período de 2002 a 2018, disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As informações sobre doações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa responsabilidade. A data da última atualização das informações contidas na base de dados ocorreu em junho de 2015 para os anos de 2002 a 2014, novembro de 2016 para o ano de 2016 e fevereiro de 2019 para o ano de 2018;
- 2.2.8. Pessoa Exposta Politicamente: A consulta de Pessoa Exposta Politicamente é proveniente de bases de dados de provedores de fontes públicas e os resultados reportados no item Pessoa Exposta Politicamente limitam-se aos registros identificados em consulta as bases que listam pessoas expostas politicamente e pessoas que possuem registro de relacionamento com pessoas expostas politicamente;
- A Base de dados de Pessoas Expostas Politicamente utilizada pela EY contém informações de pessoas de nacionalidade brasileira ou estrangeira que tenham ocupado cargos, empregos ou funções públicas relevantes no Brasil ou no Exterior, nos últimos 5 (cinco) anos, (“Titulares ou ex-Titulares”), assim como seus parentes (até o 2º grau) e estreitos colaboradores (“Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente”), conforme Resolução n. 29/2017 do COAF. A última atualização desta base ocorreu em 18 de dezembro de 2019 e a base consultada possui 186.850 registros.
- 2.2.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*: A presente pesquisa foi realizada com base em registros internacionais de *Compliance*. Os registros consultados são: OFAC (*Office of Foreign Assets Control*), EU (*European Union*), UN (*United Nations*), FRNL (*French Sanctions List*) e ICIJ (*Offshore list database by the international consortium of investigative journalists*);
- 2.2.10. Registros de mídias digitais: A presente pesquisa foi realizada por meio de mecanismos de busca eletrônicos e de fontes de informação eletronicamente públicas e disponíveis, relacionadas a fontes midiáticas disponíveis em inglês e português;
- A busca de registros de mídias é limitada ao nome completo do *Target* e seu nome fantasia, quando aplicável, combinado com palavras-chave previamente acordadas com o Cliente. Ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a homônimos ou nomes similares;
  - Reforçamos que os resultados gerados pelas pesquisas por termos de busca (palavras-chave) apresentam resultados diferentes quando feitas em momentos distintos por motivos inerentes dos mecanismos de busca na internet.
  - Serão observados até 100 (cem) resultados das pesquisas de mídia e reportados neste Relatório os resultados que estejam relacionados aos temas previamente acordados com o Cliente;
  - Caso sejam identificadas mais de uma mídia a respeito do mesmo assunto e com conteúdo similar, será incluída neste Relatório apenas uma das notícias;

- 2.2.11. Quando possível, a pesquisa foi conduzida com a utilização apenas do número do CPF ou CNPJ do *Target*. Em algumas ocasiões, a pesquisa pode apenas ser realizada pelo nome/razão social do *Target* casos nos quais não é possível confirmar se as informações obtidas pertencem aos *Targets* pesquisados;
- 2.2.12. As informações contidas neste Relatório estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e de âmbito nacional, exceto informações de Pessoas Expostas Politicamente, mídias digitais e listas restritivas internacionais;
- 2.2.13. A pesquisa em fontes de informação pública está sujeita a limitações inerentes, como erros de digitação, entre outros;
- 2.2.14. As informações podem estar desatualizadas nas fontes consultadas, razão pela qual não podemos assegurar sua atualização, fidedignidade ou precisão;
- 2.2.15. A EY utiliza fontes de informações que são públicas de banco de dados de provedores de fontes públicas. No entanto, salientamos que não temos nenhuma responsabilidade de avaliar ou verificar as informações recolhidas a partir de tais fontes públicas. A EY não é responsável pela integralidade, precisão ou veracidade dessas informações podendo haver um risco que certas informações sejam falsas, incompletas ou desatualizadas. Nós não assumimos a responsabilidade por este risco. Essas informações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa alçada.





### 3. SUMÁRIO EXECUTIVO

- 3.1. O objetivo deste procedimento é o de identificar, em fontes de informações públicas, registros relacionados aos *Targets*, considerando os elementos listados a seguir, sem prejuízo de que outras informações eventualmente identificadas e não relacionadas a estes elementos sejam apresentadas neste Relatório. Com base nos procedimentos executados, limitados em natureza e extensão e descritos na Seção 2 deste Relatório, foram identificados os seguintes resultados:

Elemento	Itens de Referência	Nome do Target
Registro de falência e/ou recuperações judiciais indicados em registros corporativos	4.1	-
Registro de Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas	4.2	-
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais	4.3	-
Registro em pesquisas internacionais de <i>Compliance</i>	4.3	-
Pessoa exposta politicamente	4.4	-
Relacionamento com pessoa exposta politicamente	4.4	-
Doações políticas	4.4	-
Filiação partidária	4.4	-
<b>Registros de mídia relacionados a:</b>		
Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	4.6	Luis Shikasho
Interações com agentes públicos ou administração pública		Luis Shikasho Comuna S.A. Neide Shikasho
Parcerias com ATI em questão		Luis Shikasho
Outras Parcerias		-
Possível atividade da empresa		-
Mídias adversas		-
<b>Processos judiciais e/ou administrativos cuja matéria esteja relacionada a:</b>		
Crimes/Atividades ilegais (e.g. fraude, suborno, corrupção, concorrência desleal e/ou crime ambiental)	4.5	-
Trabalho escravo, trabalho infantil ou violação de direitos humanos		-
Recuperações judiciais e/ou falências		-
Outros litígios (e.g. civil, tributário, trabalhista, administrativo)		Comuna S.A.
Relação com Vale		-



#### 4. RESULTADOS

##### a) Luis Henrique Shikasho

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Luis Henrique Shikasho	
CPF	068.590.056-88	
Data de Nascimento	05/04/1984	
Posição	N/A	
Endereço	N/I	
Outros Endereços	N/I	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação <sup>1</sup>
Comunidade Santo Antonio - Comuna S.A.	65.156.408/0001-00	N/I

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	N/A	N/D <sup>2</sup>
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	27/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	25/05/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	25/05/2020	Nada consta

<sup>1</sup> As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

<sup>2</sup> A pesquisa junto à Secretaria da Fazenda não foi realizada em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao *Target* Luis Henrique Shikasho em âmbito nacional.





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.3 Bases de Conformidade			
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	25/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	25/05/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	25/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	25/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	25/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	25/05/2020	N/D <sup>3</sup>	
Offshore Leaks - ICIJ	25/05/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos <sup>4</sup>	
Processos Judiciais	Categorização dos Processos Judiciais

<sup>3</sup> Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 25/05/2020.

<sup>4</sup> As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.5 Processos Judiciais e Administrativos <sup>4</sup>							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/ Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos			
COMPROT		N/A		N/I			
CADE		N/A		N/I			
CVM		N/A		N/I			
TCU		N/A		N/I			

4.5.1 Processos Judiciais - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.6 Registros de Mídia <sup>5</sup>			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Portal da Transparência <sup>6</sup>	N/I	Interações com agentes públicos ou administração pública	Segundo o Portal da Transparência da CGU, Luis Henrique Shikasho é indicado como servidor público no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, no cargo de Analista Reforma Desenvolvimento Agrário, com ingresso no cargo em 10/04/2013, no Estado de Minas Gerais.
Lattes <sup>7</sup>	2003-2009	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas	Publicação do Lattes reporta que Luis Henrique Shikasho seria graduado em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Lavras. Última atualização

<sup>5</sup> A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>6</sup> Fonte: [Portal da Transparência](http://portal.da.transparencia.gov.br). Acesso em 03/06/2020.

<sup>7</sup> Fonte: [Lattes](http://lattes.cnpq.br). Acesso em 03/06/2020.



4.6 Registros de Mídia <sup>5</sup>			
		e/ou atividades	em 06/01/2011.
	2004-2004	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Luis Henrique Shikasho teria realizado Estágio da Universidade Federal de Lavras, UFLA. Última atualização em 06/01/2011.
	2006-2007	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Luis Henrique Shikasho teria sido Coordenador Regional da Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal, ABEEF. Última atualização em 06/01/2011.
	2006-2007	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Luis Henrique Shikasho teria sido Coordenador Geral do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Lavras, DCE/UFLA. Última atualização em 06/01/2011.
	2007-2008	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Luis Henrique Shikasho teria sido Coordenador Nacional da Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal, ABEEF. Última atualização em 06/01/2011.
	2008-2009	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Luis Henrique Shikasho teria sido membro do Núcleo de Trabalho em Conjuntura Política da Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal, ABEEF. Última atualização em 06/01/2011.
	2009-2009	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Luis Henrique Shikasho teria sido Bolsista de Extensão da Universidade Federal de Lavras, UFLA. Última atualização em 06/01/2011.
Portal da Câmara dos Deputados <sup>8</sup>	18/11/2015	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do <i>website</i> da Câmara dos Deputados reporta que Luis Shikasho teria participado, como membro do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), da audiência pública sobre a tragédia de Mariana, promovida por quatro comissões permanentes da Câmara, para tratar do caso da barragem com rejeitos de mineração rompida no município de Mariana (MG). Participaram da audiência deputados, membros do Ministério do Meio Ambiente e de Minas e Energia, além do Ministério Público Federal e de órgãos da sociedade civil.
Contas TCU <sup>9</sup>	18/11/2015	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do <i>website</i> do Tribunal de Contas da União (TCU) reporta realização de encontro para atendimento aos agricultores afetados pelo rompimento das barragens de Mariana (MG). Luiz Henrique Shikasho participou como chefe substituto da Divisão de Desenvolvimento. Segundo a mídia, também estiveram presentes o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, e a presidente do Incra Maria Lucia Falcón.
Jusbrasil <sup>10</sup>	02/08/2016	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do <i>website</i> Jusbrasil reproduz portaria que cita: "O Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto n.º 6.812, de 03 de abril de 2009, publicado no

<sup>8</sup> Fonte: [Câmara dos Deputados](#). Acesso em 06/05/2020.

<sup>9</sup> Fonte: [Contas TCU](#). Acesso em 03/06/2020.

<sup>10</sup> Fonte: [Jusbrasil](#). Acesso em 03/06/2020.



4.6 Registros de Mídia <sup>5</sup>			
			<i>Diário Oficial do mesmo dia, mês e ano, combinado com o § 3º do art. 9º, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/MDA/nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 09 seguinte, resolve: Art. 1º Dispensar LUIS HENRIQUE SHIKASHO, matrícula SIAPE n.º 2014757, CPF: 068.590.056-88, dos encargos de Ordenador de Despesas no âmbito da Superintendência Regional de Minas Gerais - SR-06", assinada pelo Presidente do INCRA Leonardo Goés Silva.</i>
AEDAS <sup>11</sup>	22/03/2019	Parcerias com ATI em questão	<i>Publicação do website da AEDAS reporta que "foi realizado o I Workshop do Projeto D0632 'Veredas Sol &amp; Lares - uma alternativa para o múltiplo aproveitamento energético em reservatórios de usinas hidrelétricas na região do Semiárido Mineiro' na sede da Cemig em Belo Horizonte/MG". Luis Henrique Shikasho membro da equipe de Coordenação do Projeto pela AEDAS, teria encerrado o Workshop "apresentando os aspectos legais e ambientais da implantação da usina e também o processo licitatório da contratação e execução da implantação da UFVf, tendo o mês de março/2019 a previsão de início da implantação e entrada em operação em março de 2020."</i>

<sup>11</sup> Fonte: [AEDAS](#). Acesso em 03/06/2020.



b) Comunidade Santo Antonio - Comuna S.A

4.1 Dados Cadastrais			
Razão Social	Comunidade Santo Antonio - Comuna S.A.		
Nome Fantasia	N/I		
CNPJ	65.156.408/0001-00		
Natureza Jurídica	Associação Privada		
CNAE Primário	94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte		
CNAE Secundário	94.12-0-99 - Outras atividades associativas profissionais 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica		
Capital Social	N/I		
Data de Abertura	20/05/1991		
Endereço	Rua dos Tupinambas 179, 179, Sala 93, Centro, Belo Horizonte - MG, CEP: 30.120-903		
Outros Endereços	N/I		
Filiais	N/I		
Registro SINTEGRA	N/I		
Website <sup>12</sup>	<a href="#">Comuna S.A.</a> <sup>13</sup>		
Acionistas/Sócios/Diretores			
Nome/Razão Social	CPF/CNPJ	% Participação <sup>14</sup>	Função/Cargo
Carolina Martins Garcia	089.468.966-55	0,00%	Diretora
Luis Henrique Shikasho	068.590.056-88	0,00%	Diretor
Patricia Faria	623.127.666-04	0,00%	Diretora
Renan de Carvalho Santos	077.275.806-94	0,00%	Presidente
Participações em Outras Empresas			
Razão Social	CNPJ	% Participação <sup>15</sup>	
N/I	N/A	N/A	

<sup>12</sup> A busca de *websites* é limitada ao nome do *Target* e possíveis variações e, portanto, ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a outras entidades que não sejam o *Target*. Acesso em 25/05/2020.

<sup>13</sup> A busca de *websites* é limitada ao nome do *Target* e possíveis variações e, portanto, ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a outras entidades que não sejam o *Target*. Acesso em 28/05/2020.

<sup>14</sup> O percentual total de participação societária reportado pelas bases de dados consultadas, por características específicas dessas bases para atualização das informações, pode ocasionalmente não completar, ou ultrapassar, a totalidade dos 100%. As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

<sup>15</sup> As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	25/05/2020	N/D <sup>16</sup>
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	28/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Contratação Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados da Previdência Social	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Consulta de Regularidade do Empregador - FGTS	Caixa Econômica Federal	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	25/05/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	25/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	25/05/2020	Nada consta
Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM)	Portal da Transparência	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	25/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	25/05/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	25/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	25/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	25/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	25/05/2020	N/D <sup>17</sup>	
Offshore Leaks - ICIJ	25/05/2020	Nada consta	

<sup>16</sup> Não foi possível gerar a certidão, a base de dados informa que: "As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 65.156.408/0001-00 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet". Acesso em 25/05/2020.

<sup>17</sup> Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 25/05/2020.





4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos <sup>18</sup>							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/ Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos			
COMPROT		N/A		01			
CADE		N/A		N/I			
CVM		N/A		N/I			
TCU		N/A		N/I			

<sup>18</sup> As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.5.1 Processos Judiciais <sup>19</sup> - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.6 Registros de Mídia <sup>20</sup>			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
JusBrasil <sup>21</sup>	17/05/1996	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal JusBrasil reporta que o Prefeito de Belo Horizonte, de acordo com a lei número 6.648, de 26 de maio de 1994 decreta: "Art. 1º - Fica concedido o Título Declaratório de Utilidade Pública à Comunidade Santo Antônio - Comuna S/A - CGC Nº 65156408/0001-00, com sede e foro nesta Capital (Processo nº 01.019545/96-50)". A Comunidade Santo Antonio - Comuna S.A teria que apresentar ao Executivo, anualmente o atestado de funcionamento regular.
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte <sup>22</sup>	11/05/2013	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte indica que "O Presidente da Fundação Municipal de Cultura, em observância ao disposto no item 8.1.b do Edital para Projetos Culturais Ano 2012, publicado em 28/11/2012 e retificado no dia 30/11/2012, torna público o resultado da análise dos recursos apresentados pelos proponentes de projetos inabilitados, conforme publicação no DOM no dia 06/04/2013". Identifica-se entre os "Projetos Habilitados por Revisão de Ofício do Processo" um projeto atribuído à Comunidade Santo Antônio - Comuna S.A., sob o nº 0054/2012.
Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso <sup>23</sup>	25/09/2013	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer do Governo do Mato Grosso, divulgando abertura de curso gratuito de Formação em Gestão Cultural, em parceria com a Comunidade Santo Antonio - Comuna S.A.

<sup>19</sup> As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>20</sup> A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>21</sup> Fonte: [JusBrasil](http://JusBrasil). Acesso em 28/05/2020.

<sup>22</sup> Fonte: [Prefeitura Municipal de Belo Horizonte](http://Prefeitura Municipal de Belo Horizonte). Acesso em 03/06/2020.

<sup>23</sup> Fonte: [Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso](http://Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso). Acesso 28/05/2020.



c) Neide de Fatima Moreno Shikasho

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Neide de Fatima Moreno Shikasho	
CPF	924.434.438-68	
Data de Nascimento	16/10/1957	
Posição	Mãe de Luis Henrique Shikasho	
Endereço	N/I	
Outros Endereços	N/I	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação <sup>24</sup>
Eliazar e Oliveira Ltda.	22.143.838/0001-77	10,00%
Neide de Fatima Moreno Shikasho	66.428.657/0001-62	100,00%
Representacoes Marilia Ltda.	22.143.457/0001-98	10,00%

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	28/05/2020	N/D <sup>25</sup>
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	25/05/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	25/05/2020	Nada consta

<sup>24</sup> As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

<sup>25</sup> A pesquisa junto à Secretaria da Fazenda não foi realizada em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao *Target* Neide de Fatima Moreno Shikasho em âmbito nacional.



4.3 Bases de Conformidade			
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	25/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	25/05/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	25/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	25/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	25/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	25/05/2020	N/D <sup>26</sup>	
Offshore Leaks - ICIJ	25/05/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/D <sup>27</sup>	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

<sup>26</sup> Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 25/05/2020.

<sup>27</sup> Não foi possível realizar a consulta, a base de dados informa que: "Os dados informados (nome, data de nascimento e/ou filiação) não conferem com aqueles constantes no Cadastro Eleitoral" Acesso em 28/05/2020.





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.5 Processos Judiciais e Administrativos <sup>28</sup>							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado			Quantidade de Registros de Processos		
COMPROT		N/A			N/I		
CADE		N/A			N/I		
CVM		N/A			N/I		
TCU		N/A			N/I		

4.5.1 Processos Judiciais - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.6 Registros de Mídia <sup>29</sup>			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Jusbrasil <sup>30</sup>	03/04/2013	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do <i>website</i> Jusbrasil, que reproduz o Diário Oficial da União. A publicação cita contrato celebrado pelo Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais: "Contrato n. 301. Fundamento Legal: Art. 24, II da Lei 8.666/93. Objeto:

<sup>28</sup> As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>29</sup> A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>30</sup> Fonte: [Jusbrasil](http://Jusbrasil). Acesso em 03/06/2020.



4.6 Registros de Mídia <sup>29</sup>		
		<i>Prestação de serviços de organização para a Solenidade de outorga da Comenda de Honra ao Mérito Farmacêutico, a se realizar no dia 23/03/2013, na cidade de Lavras/MG. Contratante: CRF/MG. Contratada: Neide de Fátima Moreno Shikasho. Vigência: 14.03.2013 a 25/03/2013. Valor Contratual: R\$ 7.800,00"</i>



Belo Horizonte, 22 de junho de 2020.

**Ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUÍZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE**

**Ref.: Processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024**

Requerente: ESTADO DE MINAS GERAIS, DPMG, MINISTÉRIO PÚBLICO – MPMG

Requerido: VALE S.A.

**ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S (“EY”)**, ora designada como empresa prestadora de serviços de Asseguração Razoável no processo em referência, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao previsto na contratação em referência, apresentar o presente Relatório Factual referente às pesquisas em fontes de informações públicas referente ao Terceiro “Marjorie Cristina Santana Fonseca, CPF: 120.717.616-85, Equipe técnica multidisciplinar – AEDAS (Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social)”.

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 “Procedimentos Executados e Limitações de Escopo” deste Relatório (“Relatório”), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras da Contratante, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto de análise para a execução dos trabalhos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais). Na hipótese de as informações públicas obtidas estarem relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Sendo o que havia para o momento, nos colocamos à disposição para o esclarecimento de dúvidas adicionais.

**ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.**



# Relatório Factual Preliminar Levantamento de Informações

MARJORIE CRISTINA SANTANA FONSECA

JUNHO DE 2020



Building a better  
working world



Número do documento: 20070618334386000000121981690

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070618334386000000121981690>

Assinado eletronicamente por: SILVIA MARIA DA MOTA CUNHA DIAS - 06/07/2020 18:33:44



26 de junho de 2020

A/C: Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Ref.: Relatório Factual Preliminar

Att.: Vossa Excelência Sr. Elton Pupo Nogueira

Prezada Excelência Sr. Juiz,

De acordo com os termos da Declaração de Trabalho datada de 27 de março de 2020, assinada entre Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY" ou "Nós") e Vale S.A ("Vale" ou "Cliente" ou "Contratante"), sob a Ordem de Serviço (OS) 01-2020, a EY foi contratada para prestar, dentre outros, serviços de auditoria de dispêndios e auditoria finalística de asseguarção das atividades das assessorias técnicas no âmbito do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024 (processo).

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 "Procedimentos Executados e Limitações de Escopo" deste Relatório ("Relatório"), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras do Cliente, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto do nosso Serviço.

A EY não expressa opinião ou parecer legal sobre os assuntos aqui discutidos. Além disso, a EY, seus sócios ou empregados não fornecerão, como parte deste trabalho, nenhum tipo de assessoria legal.

Parte dos dados e informações analisados e utilizados para a elaboração deste Relatório foram disponibilizados e/ou estabelecidos à EY. A EY não executou nenhum procedimento para garantir a completude e a precisão desses dados e informações para todos os efeitos que possam ser relevantes para o resultado dos Serviços. Por esta razão, a EY não pode ser e não será responsabilizada pela identificação de todos estes aspectos, por quaisquer perdas ou contingências que possam surgir da não identificação de quaisquer elementos que possam ter algum impacto em relação aos assuntos aqui discutidos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais.). Caso as informações públicas obtidas estejam relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ao Cliente ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Da mesma forma, não faz parte do escopo dos nossos trabalhos a análise quanto à autenticidade, confiabilidade ou integridade das informações obtidas; a avaliação quanto à suficiência das informações e procedimentos conduzidos pela EY e; a avaliação de eventuais questões não identificadas como consequência de eventuais omissões de informações, inclusive no caso das referidas informações terem sido disponibilizadas à EY, mas não especificamente aos seus profissionais responsáveis pela prestação dos Serviços aqui previstos.

Os Serviços, informações, registros, dados ou recomendações apresentadas nos Relatórios (ou outra modalidade de reporte) fornecidos pela EY, em fase de elaboração ou em versão final (coletivamente "Relatórios"), destinam-se exclusivamente para a informação e uso do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e tão somente nos autos do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024. Neste sentido, não se pode divulgar, verbalmente ou por escrito, este Relatório, ou parte súmula resumo deste, ou fazer referência à EY com relação a este, a terceiro sem prévia autorização da EY, a qual deverá concordar com o uso proposto e reservará o direito de executar procedimentos adicionais que julgar necessários para adequar o Relatório ao uso pretendido, cujos custos incorridos para essa adequação serão de responsabilidade do Contratante.

O Contratante concorda que quaisquer decisões tomadas e/ou executadas por ele não serão incluídas dentro de nossas responsabilidades e que, ao tomar tais decisões, o Contratante levará em consideração as restrições do escopo do nosso trabalho e fatores comerciais e legais adicionais dos quais o Cliente está ciente, ou deveria estar, com base em outras fontes além do nosso trabalho.

A EY não assume nenhum tipo de responsabilidade ou compromisso de atualizar o Relatório para refletir eventos que possam ter ocorrido após a prestação dos Serviços e entrega da versão final do Relatório, ou por causa da aplicação de recomendações e/ou ações que não estejam expressamente indicadas no nosso escopo de trabalho, descrito no item 2 deste Relatório.

Atenciosamente,

---

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.



Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

## ÍNDICE

ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIACÕES .....	2
1. ESCOPO .....	3
2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO .....	4
3. SUMÁRIO EXECUTIVO .....	7
4. RESULTADOS .....	8

Restrito e confidencial  
PRELIMINAR - Sujeito a alteração e finalização  
L2 - Versão 12



Número do documento: 20070618334386000000121981690  
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070618334386000000121981690>  
Assinado eletronicamente por: SILVIA MARIA DA MOTA CUNHA DIAS - 06/07/2020 18:33:44

## ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIÇÕES

BRL - Real Brasileiro

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CEF - Caixa Econômica Federal

CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas

CEPIM - Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas

CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COMPROT - Sistema de Comunicados e Protocolos do Ministério da Fazenda

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICIJ - *International Consortium of Investigative Journalists*

ME - Ministério da Economia

N/A - Pesquisas ou Informação não aplicável ao tema referenciado

N/D - Pesquisas ou Informações indisponíveis para consulta ou análise sobre o tema referenciado

N/I - Pesquisas ou Informações não identificadas sobre o tema referenciado

OFAC - *Office of Foreign Assets Control*

ONU - Organização das Nações Unidas

PEP - Pessoa Exposta Politicamente

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

TCU - Tribunal de Contas da União

TJ - Tribunal de Justiça do Estado

TRF - Tribunal Regional Federal

TST - Tribunal Superior do Trabalho

USD - Dólar Norteamericano



## 1. ESCOPO

- 1.1. Em 28 de abril de 2020, a EY recebeu a solicitação para prestar serviços de *Integrity Due Diligence*, considerando fontes de informações públicas, com relação ao Terceiro "Marjorie Cristina Santana Fonseca", ("Marjorie Fonseca", "Terceiro" ou "Target"), inscrito no CPF sob o número 120.717.616-85, e com entidades e/ou familiares a ele relacionados (em conjunto com o Terceiro, "Targets"), os quais, conforme informação fornecida pelo Cliente, estão listados a seguir:

Nome/Razão Social	Natureza	CPF/CNPJ
Maria do Socorro Santana Fonseca - ("Maria Fonseca")	Pessoa Física	063.379.976-97
Maria do Socorro Santana Fonseca 06337997697 - ("Bananas Chips Magela")	Pessoa Jurídica	28.248.867/0001-80



## 2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO

2.1. Os procedimentos consistiram em pesquisas em fontes de informações públicas. Entre o período de 06 de maio de 2020 a 11 de junho de 2020, a pesquisa procurou identificar as seguintes informações:

- 2.1.1. Registros corporativos;
- 2.1.2. Registros de dívidas fiscais e outros débitos financeiros;
- 2.1.3. Registros de falências e recuperações judiciais;
- 2.1.4. Registros de processos judiciais e administrativos;
- 2.1.5. Registros relacionados a temas regulatórios;
- 2.1.6. Registros de filiação partidária;
- 2.1.7. Registros de doações eleitorais;
- 2.1.8. Registros de Pessoas Expostas Politicamente (PEP);
- 2.1.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*;
- 2.1.10. Registros de mídias digitais;

2.2. Em adição às nossas limitações gerais de escopo, listadas em nossa Carta de Contratação, foram identificadas pela EY, durante a prestação de serviço, as seguintes limitações:

- 2.2.1. Registros corporativos: Devido às limitações dos registros corporativos eletrônicos em alguns estados brasileiros, a EY compara as informações obtidas por meio de diversos registros públicos e comerciais. Esses registros podem ser discrepantes entre as bases de dados;
- 2.2.2. Registro de dívidas fiscais e outros débitos financeiros: A presente pesquisa foi conduzida em mecanismos de busca de registros fiscais em níveis federais e estaduais. As informações colhidas são organizadas pela Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretaria de Estado de Fazenda e Procuradoria-Geral do Estado e o registro do Ministério das Finanças de questões tributárias em andamento (COMPROT). Os registros oficiais são limitados em mostrar dívidas pendentes e, por isso, as instâncias em que o débito já tenha sido pago não foram incluídas nesse atual escopo;
- 2.2.3. Registros de falências e recuperações judiciais: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.4. Processos judiciais e administrativos: A presente pesquisa de indicadores de registros de processos judiciais civis, criminais, administrativos, tributários, eleitorais e trabalhistas foi conduzida nos tribunais/cortes/instituições considerando registros eletrônicos legais em nível federal e nos estados em que os *Targets* possuem registros de endereço, identificados com base nos registros em bases de dados disponíveis. As pesquisas foram conduzidas utilizando como termo de pesquisa o nome/razão social e/ou CPF/CNPJ dos *Targets*, quando possível. Pela limitação de informação acessível nas bases eletrônicas de pesquisa, outros dados podem estar disponíveis em registros físicos nos tribunais. Análises detalhadas dos registros de processos judiciais e administrativos identificados podem ser feitas mediante solicitação do Cliente e serão orçadas separadamente;
  - Não serão realizadas quaisquer análises ou interpretações jurídicas dos processos identificados;
  - As bases de dados consultadas podem estar desatualizadas, e podem não trazer resultados sobre processos judiciais e administrativos distribuídos nos últimos 5 (cinco) dias úteis contados da realização das pesquisas;
  - Os resultados das pesquisas apresentados na Seção 4 deste Relatório estão limitados aos processos judiciais e administrativos em que o *Target* consta como parte em instâncias estaduais e federais. As pesquisas de processos são realizadas em repositórios de registros judiciais eletrônicos (ex: "e-saj", "Projudi", "PJe", etc.), limitados pela ferramenta de pesquisa a 100 resultados por fonte, por instância e por Estado;
  - Os resultados quantitativos dos processos na sessão "Processos Judiciais e Administrativos" são categorizados conforme a entidade onde tramita, neste sentido os processos que constam nas bases de dados como provenientes do Ministério Público Federal são classificados e contabilizados nos tribunais, cortes ou instituições nos quais o processo se encontra no momento da pesquisa ("localização atual").

Desta forma, os processos indicados neste Relatório no campo do Ministério Público Federal referem-se apenas aos processos que constam em tramitação na Procuradoria-Geral de Justiça;

- Os resultados quantitativos classificados na Justiça Federal são provenientes de processos identificados em diários oficiais e no Ministério Público Federal que não se classificam no Tribunal Regional Federal e podem não indicar a totalidade de processos vinculados aos *Targets*, visto que a consulta de processos na Justiça Federal possui limitações específicas para cada estado;
  - Os resultados da pesquisa de processos judiciais e administrativos detalhados, quando disponíveis, estarão limitadas ao tribunal de origem, número de identificação do processo, data de distribuição, valor da causa, vara/câmara/turma, assunto e classe do processo registrado em fontes de informação pública, partes envolvidas nos processos e status da última movimentação;
  - Caso sejam identificados processos que tramitem em instâncias ou tribunais diferentes sob o mesmo número processual, estes serão contabilizados e detalhados de forma independente;
  - Não serão feitos procedimentos para identificar processos incidentes ou apensados aos processos de origem. Estes serão contabilizados de forma individual;
  - Os processos judiciais e administrativos reportados são provenientes de bases de dados de fontes públicas. Não serão reportados resultados de processos judiciais e administrativos identificados nas buscas de mídia.
  - Categorização dos Processos: Os processos judiciais contabilizados são classificados conforme seleção de categorias previamente acordada com o Cliente;
- 2.2.5. Registros relacionados a temas regulatórios: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.6. Filiação Partidária: A consulta foi realizada na base disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) utilizando o número do título de eleitor dos *Targets*, quando identificado.
- 2.2.7. Doações eleitorais: A base de doações eleitorais contém informações sobre doações políticas realizadas para candidatos, comitês e partidos políticos no período de 2002 a 2018, disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As informações sobre doações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa responsabilidade. A data da última atualização das informações contidas na base de dados ocorreu em junho de 2015 para os anos de 2002 a 2014, novembro de 2016 para o ano de 2016 e fevereiro de 2019 para o ano de 2018;
- 2.2.8. Pessoa Exposta Politicamente: A consulta de Pessoa Exposta Politicamente é proveniente de bases de dados de provedores de fontes públicas e os resultados reportados no item Pessoa Exposta Politicamente limitam-se aos registros identificados em consulta as bases que listam pessoas expostas politicamente e pessoas que possuem registro de relacionamento com pessoas expostas politicamente;
- A Base de dados de Pessoas Expostas Politicamente utilizada pela EY contém informações de pessoas de nacionalidade brasileira ou estrangeira que tenham ocupado cargos, empregos ou funções públicas relevantes no Brasil ou no Exterior, nos últimos 5 (cinco) anos, (“Titulares ou ex-Titulares”), assim como seus parentes (até o 2º grau) e estreitos colaboradores (“Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente”), conforme Resolução n. 29/2017 do COAF. A última atualização desta base ocorreu em 18 de dezembro de 2019 e a base consultada possui 186.850 registros.
- 2.2.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*: A presente pesquisa foi realizada com base em registros internacionais de *Compliance*. Os registros consultados são: OFAC (*Office of Foreign Assets Control*), EU (*European Union*), UN (*United Nations*), FRNL (*French Sanctions List*) e ICIJ (*Offshore list database by the international consortium of investigative journalists*);
- 2.2.10. Registros de mídias digitais: A presente pesquisa foi realizada por meio de mecanismos de busca eletrônicos e de fontes de informação eletronicamente públicas e disponíveis, relacionadas a fontes midiáticas disponíveis em inglês e português;
- A busca de registros de mídias é limitada ao nome completo do *Target* e seu nome fantasia, quando aplicável, combinado com palavras-chave previamente acordadas com o Cliente. Ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a homônimos ou nomes similares;
  - Reforçamos que os resultados gerados pelas pesquisas por termos de busca (palavras-chave) apresentam resultados diferentes quando feitas em momentos distintos por motivos inerentes dos mecanismos de busca na internet.
  - Serão observados até 100 (cem) resultados das pesquisas de mídia e reportados neste Relatório os resultados que estejam relacionados aos temas previamente acordados com o Cliente;
  - Caso sejam identificadas mais de uma mídia a respeito do mesmo assunto e com conteúdo similar, será incluída neste Relatório apenas uma das notícias;

- 2.2.11. Quando possível, a pesquisa foi conduzida com a utilização apenas do número do CPF ou CNPJ do *Target*. Em algumas ocasiões, a pesquisa pode apenas ser realizada pelo nome/razão social do *Target* casos nos quais não é possível confirmar se as informações obtidas pertencem aos *Targets* pesquisados;
- 2.2.12. As informações contidas neste Relatório estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e de âmbito nacional, exceto informações de Pessoas Expostas Politicamente, mídias digitais e listas restritivas internacionais;
- 2.2.13. A pesquisa em fontes de informação pública está sujeita a limitações inerentes, como erros de digitação, entre outros;
- 2.2.14. As informações podem estar desatualizadas nas fontes consultadas, razão pela qual não podemos assegurar sua atualização, fidedignidade ou precisão;
- 2.2.15. A EY utiliza fontes de informações que são públicas de banco de dados de provedores de fontes públicas. No entanto, salientamos que não temos nenhuma responsabilidade de avaliar ou verificar as informações recolhidas a partir de tais fontes públicas. A EY não é responsável pela integralidade, precisão ou veracidade dessas informações podendo haver um risco que certas informações sejam falsas, incompletas ou desatualizadas. Nós não assumimos a responsabilidade por este risco. Essas informações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa alçada.



### 3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. O objetivo deste procedimento é o de identificar, em fontes de informações públicas, registros relacionados aos *Targets*, considerando os elementos listados a seguir, sem prejuízo de que outras informações eventualmente identificadas e não relacionadas a estes elementos, sejam apresentadas neste Relatório. Com base nos procedimentos executados, limitados em natureza e extensão e descritos na Seção 2 deste Relatório, foram identificados os seguintes resultados:

Elemento	Itens de Referência	Nome do <i>Target</i>
Registro de falência e/ou recuperações judiciais indicados em registros corporativos	4.1	-
Registro de Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas	4.2	-
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais	4.3	-
Registro em pesquisas internacionais de <i>Compliance</i>	4.3	-
Pessoa exposta politicamente	4.4	-
Relacionamento com pessoa exposta politicamente	4.4	-
Doações políticas	4.4	-
Filiação partidária	4.4	Marjorie Fonseca
<b>Registros de mídia relacionados a:</b>		
Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	4.6	Marjorie Fonseca
Interações com agentes públicos ou administração pública		Marjorie Fonseca Maria Fonseca
Parcerias com ATI em questão		Marjorie Fonseca
Outras Parcerias		-
Possível atividade da empresa		-
Mídias adversas		-
<b>Processos judiciais e/ou administrativos cuja matéria esteja relacionada a:</b>		
Crimes/Atividades ilegais (e.g. fraude, suborno, corrupção, concorrência desleal e/ou crime ambiental)	4.5	-
Trabalho escravo, trabalho infantil ou violação de direitos humanos		-
Recuperações judiciais e/ou falências		-
Outros litígios (e.g. civil, tributário, trabalhista, administrativo)		-
Relação com Vale		-





#### 4. RESULTADOS

##### a) Marjorie Cristina Santana Fonseca

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Marjorie Cristina Santana Fonseca	
CPF	120.717.616-85	
Data de Nascimento	22/07/1992	
Posição	Equipe técnica multidisciplinar - AEDAS (Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social) <sup>1</sup>	
Endereço	Av. Bias Fortes, 253, Lamartine, Congonhas-MG	
Outros Endereços	N/I	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação <sup>2</sup>
N/I	N/A	N/A

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	12/06/2020	N/D <sup>3</sup>
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado

<sup>1</sup> Informação disponibilizada para elaboração do Relatório.

<sup>2</sup> As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

<sup>3</sup> Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 15/06/2020.





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.3 Bases de Conformidade			
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	12/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	12/06/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	12/06/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
PSTU	15/08/2012	Congonhas	MG	Regular
Pessoa Exposta Politicamente <sup>4</sup>				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente <sup>5</sup>				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

<sup>4</sup> A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>5</sup> A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.5 Processos Judiciais e Administrativos <sup>6</sup>							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado			Quantidade de Registros de Processos		
COMPROT		N/A			N/I		
CADE		N/A			N/I		
CVM		N/A			N/I		
TCU		N/A			N/I		

4.5.1 Processos Judiciais <sup>7</sup> - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

<sup>6</sup> As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>7</sup> As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.6 Registros de Mídia <sup>8</sup>			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG <sup>9</sup>	N/I	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal da <i>Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil</i> , reporta que Marjorie Cristina Santana Fonseca costa na relação de candidatos, cuja inscrição foi homologada sob o número 28959, para prestar o concurso para "Técnico Administrativo" do "Edital 683/2017 - UFMG".
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG <sup>10</sup>	N/I	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal da <i>Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil</i> , reporta que Marjorie Cristina Santana Fonseca, inscrita sob o número 28959, foi eliminada na primeira fase do certame "Concurso Público Edital 683/2017 - UFMG", o qual prestou para concorrer à vaga específica de "Psicólogo".
Portal da Transparência do Governo Federal <sup>11</sup>	N/I	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação no Portal da Transparência do Governo Federal reporta que Marjorie Cristina Santana Fonseca foi beneficiária, entre 2017 e 2018, de repasses de recursos financeiros advindos do Ministério da Educação, e destinados à <i>Universidade Federal São João del-Rei, UFSJ, Brasil</i> , para serem empregados como "Auxílio Financeiro a Estudantes".
Lattes <sup>12</sup>	2007 - 2010	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Marjorie Fonseca possui Ensino Médio completo, na Escola Estadual Lamartine de Freitas Junqueira, EELFJ, Brasil. Última atualização em 07/04/2019.
	2012 - 2018	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Marjorie Fonseca possui graduação em Psicologia, pela " <i>Universidade Federal de São João del-Rei, UFSJ, Brasil</i> ". Última atualização em 07/04/2019.
	2014	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Marjorie Fonseca possui " <i>Aperfeiçoamento em Prevenção dos Problemas Relacionados ao uso de Drogas- Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias</i> ", com carga horária de 120h, pela " <i>Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil</i> ". Última atualização em 07/04/2019.
Conselho Regional de Psicologia do Estado de São Paulo - CRP/SP <sup>13</sup>	2015	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo reporta a elaboração de " <i>Manifesto em Defesa da Família Brasileira</i> ", que registra a assinatura de Marjorie Fonseca, dentre as assinaturas de 61 entidades e 5.728 pessoas físicas. Manifesto de autoria do próprio CRP/SP, expõe a contrariedade

<sup>8</sup> A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>9</sup> Fonte: [Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG](http://www.ufmg.br). Acesso em 15/06/2020.

<sup>10</sup> Fonte: [Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG](http://www.ufmg.br). Acesso em 15/06/2020.

<sup>11</sup> Fonte: [Portal da Transparência do Governo Federal](http://portal.transparencia.gov.br). Acesso em 15/06/2020.

<sup>12</sup> Fonte: [Lattes](http://lattes.cnpq.br). Acesso em 15/06/2020.

<sup>13</sup> Fonte: [Conselho Regional de Psicologia do Estado de São Paulo](http://www.crp.org.br). Acesso em 15/06/2020.



4.6 Registros de Mídia <sup>8</sup>			
			da Instituição, e de seus signatários, ao então Projeto de Lei nº 6.583 de 2013, que dispõe sobre o conceito de família no Brasil. Segundo o manifesto, o Projeto de Lei "expressa uma descontextualização frente à realidade social e um verdadeiro retrocesso em relação a direitos conquistados em nossa sociedade. Buscando definir a família como "o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes".
Docplayer <sup>14</sup>	05/11/2015	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no website Docplayer apresenta a divulgação dos Anais do "V Congresso Internacional Sobre Drogas" e do "II Seminário de Pesquisa e Extensão em Álcool e Drogas" ocorrido entre 05 e 07 de novembro de 2015, em que Marjorie Cristina Santana Fonseca, então aluna da Universidade Federal São João del-Rei, UFSJ, Brasil, consta como integrante do programa de pesquisa acadêmico-profissionalizante "EIRAS E BEIRAS: ATENÇÃO PSICOSSOCIAL EM ÁLCOOL E DROGAS UM PROGRAMA DE ESTÁGIO ACADÊMICO-PROFISSIONALIZANTE NOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SÃO JOÃO DEL REI, MG".
Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ <sup>15</sup>	03/10/2016	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal da Universidade Federal de São João del-Rei apresenta o cronograma do "XIV CONGRESSO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E ACADÊMICA DA UFSJ" ocorrido entre 03 e 07 de outubro de 2016 no Campus Dom Bosco, em que consta Marjorie Cristina Santana Fonseca como coautora do trabalho de iniciação científica intitulado: "Desafios da Sublimação Frente à Modernidade", apresentado em 05 de outubro de 2016 no referido Congresso.
Portal dos Servidores de Congonhas - MG <sup>16</sup>	2018	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal dos Servidores Públicos de Congonhas - MG reporta que Marjorie Fonseca consta com status "Aprovado" para o cargo de psicólogo no resultado PROVISÓRIO do "Processo Seletivo - Edital nº 1/2018." para a Prefeitura Municipal de Congonhas/MG.
Portal dos Servidores de Congonhas - MG <sup>17</sup>	14/01/2019	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal dos Servidores Públicos de Congonhas - MG reporta que Marjorie Fonseca consta com status "Aprovado" para o cargo de psicólogo no resultado FINAL do "Processo Seletivo - Edital nº 1/2018." para a Prefeitura Municipal de Congonhas/MG.
Ministério Público de Minas Gerais - Força Tarefa Barragens <sup>18</sup>	28/11/2019	Interações com agentes públicos ou administração pública  Parcerias com ATI em questão	Publicação do portal "Força Tarefa Barragens", do Ministério Público de Minas Gerais, reporta a realização de audiência, através da publicação de seu termo, ocorrida no âmbito da 6ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias de Belo Horizonte, em que Marjorie Fonseca assina o termo de audiência como integrante da AEDAS (Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social). Na

<sup>14</sup> Fonte: [Docplayer](http://Docplayer). Acesso em 15/06/2020.

<sup>15</sup> Fonte: [Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ](http://Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ). Acesso em 15/06/2020.

<sup>16</sup> Fonte: [Portal dos Servidores de Congonhas - MG](http://Portal dos Servidores de Congonhas - MG). Acesso em 15/06/2020.

<sup>17</sup> Fonte: [Portal dos Servidores de Congonhas - MG](http://Portal dos Servidores de Congonhas - MG). Acesso em 15/06/2020.

<sup>18</sup> Fonte: [Ministério Público de Minas Gerais - Força Tarefa Barragens](http://Ministério Público de Minas Gerais - Força Tarefa Barragens). Acesso em 15/06/2020.



4.6 Registros de Mídia <sup>8</sup>			
			ocasião, foram celebrados acordos entre as partes acerca das indenizações devidas aos atingidos pelo rompimento da barragem, como o valor indenizatório, os prazos para pagamento e seus beneficiários.



b) Maria do Socorro Santana Fonseca

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Maria do Socorro Santana Fonseca	
CPF	063.379.976-97	
Data de Nascimento	06/02/1964	
Posição	Mãe de Marjorie Cristina Santana Fonseca	
Endereço	N/I <sup>19</sup>	
Outros Endereços	N/I	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação <sup>20</sup>
Maria do Socorro Santana Fonseca 06337997697	28.248.867/0001-80	100,00%

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	12/06/2020	N/D <sup>21</sup>
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta

<sup>19</sup> As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o Target apresentou indicativos de endereço. Não foram identificados indicadores de endereço relacionados ao Target em bases de dados, entretanto, foram considerados os tribunais/cortes/instituições do Estado de Minas Gerais, considerando os indicativos de endereço identificados para a empresa da Target. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do Target e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>20</sup> As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

<sup>21</sup> Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 15/06/2020.





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.3 Bases de Conformidade			
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	12/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta		Resultado
Lista de Sanções - OFAC	12/06/2020		Nada consta
Lista de Sanções - ONU	12/06/2020		Nada consta
Lista de Sanções - União Europeia	12/06/2020		Nada consta
Lista de Sanções - França	12/06/2020		Nada consta
Offshore Leaks - ICIJ	12/06/2020		Nada consta

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente <sup>22</sup>				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente <sup>23</sup>				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

<sup>22</sup> A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>23</sup> A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





4.5 Processos Judiciais e Administrativos <sup>24</sup>							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/ Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	08ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos			
COMPROT		N/A		N/I			
CADE		N/A		N/I			
CVM		N/A		N/I			
TCU		N/A		N/I			

4.5.1 Processos Judiciais <sup>25</sup> - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

<sup>24</sup> As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>25</sup> As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.6 Registros de Mídia <sup>26</sup>			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Portal dos Servidores de Congonhas - MG <sup>27</sup>	14/01/2019	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Portal dos Servidores de Congonhas - MG reporta que Maria do Socorro Santana Fonseca consta com o status "Reprovado" para o cargo de "Agente Comunitário de Saúde - ACS", no resultado FINAL do "Processo Seletivo - Edital no 1/2018" do Município de Congonhas - MG.

<sup>26</sup> A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>27</sup> Fonte: [Portal dos Servidores de Congonhas - MG](#). Acesso em 15/06/2020.



c) Maria do Socorro Santana Fonseca 06337997697

4.1 Dados Cadastrais			
Razão Social	Maria do Socorro Santana Fonseca 06337997697		
Nome Fantasia	Bananas Chips Magela		
CNPJ	28.248.867/0001-80		
Natureza Jurídica	Empresário (Individual)		
CNAE Primário	47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente		
CNAE Secundário	N/I		
Capital Social	BRL 500,00		
Data de Abertura	24/07/2017		
Endereço	Avenida Bias Fortes, 91, Lamartine, Congonhas - MG, CEP: 36.415-000		
Outros Endereços	N/I		
Filiais	N/I		
Registro SINTEGRA	Não habilitado		
Website <sup>28</sup>	N/I		
Acionistas/Sócios/Diretores			
Nome/Razão Social	CPF/CNPJ	% Participação <sup>29</sup>	Função/Cargo
Maria do Socorro Santana Fonseca	063.379.976-97	100,00%	Sócio
Participações em Outras Empresas			
Razão Social	CNPJ	% Participação <sup>30</sup>	
N/I	N/A	N/A	

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	12/06/2020	N/D <sup>31</sup>

<sup>28</sup> A busca de *websites* é limitada ao nome do *Target* e possíveis variações e, portanto, ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a outras entidades que não sejam o *Target*. Acesso em 12/06/2020.

<sup>29</sup> O percentual total de participação societária reportado pelas bases de dados consultadas, por características específicas dessas bases para atualização das informações, pode ocasionalmente não completar, ou ultrapassar, a totalidade dos 100%. As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

<sup>30</sup> As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

<sup>31</sup> Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 15/06/2020.





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.2 Certificados			
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Contratação Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados da Previdência Social	Ministério da Economia	12/06/2020	Consta
Consulta de Regularidade do Empregador - FGTS	Caixa Econômica Federal	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	12/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	12/06/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	12/06/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.4 Vínculos Políticos			
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente <sup>32</sup>			
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo
N/I	N/A	N/A	N/A

4.5 Processos Judiciais e Administrativos <sup>33</sup>							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado			Quantidade de Registros de Processos		
COMPROT		N/A			N/I		
CADE		N/A			N/I		
CVM		N/A			N/I		
TCU		N/A			N/I		

<sup>32</sup> A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>33</sup> As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.5.1 Processos Judiciais <sup>34</sup> - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.6 Registros de Mídia <sup>35</sup>			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
N/I	N/A	N/A	N/A

<sup>34</sup> As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>35</sup> A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



Belo Horizonte, 22 de junho de 2020.

**Ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUÍZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE**

**Ref.: Processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024**

Requerente: ESTADO DE MINAS GERAIS, DPMG, MINISTÉRIO PÚBLICO – MPMG

Requerido: VALE S.A.

**ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S** (“EY”), ora designada como empresa prestadora de serviços de Asseguração Razoável no processo em referência, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao previsto na contratação em referência, apresentar o presente Relatório Factual referente às pesquisas em fontes de informações públicas referente ao Terceiro “Mauro da Costa Val, CPF: 413.579.816-00, Equipe Técnica Multidisciplinar - AEDAS - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social”.

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 “Procedimentos Executados e Limitações de Escopo” deste Relatório (“Relatório”), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras da Contratante, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto de análise para a execução dos trabalhos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais). Na hipótese de as informações públicas obtidas estarem relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Sendo o que havia para o momento, nos colocamos à disposição para o esclarecimento de dúvidas adicionais.

**ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.**



# Relatório Factual Preliminar Levantamento de Informações

MAURO DA COSTA VAL

JUNHO DE 2020



Building a better  
working world



Número do documento: 20070618334386000000121981690

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070618334386000000121981690>

Assinado eletronicamente por: SILVIA MARIA DA MOTA CUNHA DIAS - 06/07/2020 18:33:44



26 de junho de 2020

A/C: Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Ref.: Relatório Factual Preliminar

Att.: Vossa Excelência Sr. Elton Pupo Nogueira

Prezada Excelência Sr. Juiz,

De acordo com os termos da Declaração de Trabalho datada de 27 de março de 2020, assinada entre Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY" ou "Nós") e Vale S.A ("Vale" ou "Cliente" ou "Contratante"), sob a Ordem de Serviço (OS) 01-2020, a EY foi contratada para prestar, dentre outros, serviços de auditoria de dispêndios e auditoria finalística de asseguarção das atividades das assessorias técnicas no âmbito do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024 (processo).

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 "Procedimentos Executados e Limitações de Escopo" deste Relatório ("Relatório"), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras do Cliente, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto do nosso Serviço.

A EY não expressa opinião ou parecer legal sobre os assuntos aqui discutidos. Além disso, a EY, seus sócios ou empregados não fornecerão, como parte deste trabalho, nenhum tipo de assessoria legal.

Parte dos dados e informações analisados e utilizados para a elaboração deste Relatório foram disponibilizados e/ou estabelecidos à EY. A EY não executou nenhum procedimento para garantir a completude e a precisão desses dados e informações para todos os efeitos que possam ser relevantes para o resultado dos Serviços. Por esta razão, a EY não pode ser e não será responsabilizada pela identificação de todos estes aspectos, por quaisquer perdas ou contingências que possam surgir da não identificação de quaisquer elementos que possam ter algum impacto em relação aos assuntos aqui discutidos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais.). Caso as informações públicas obtidas estejam relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ao Cliente ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Da mesma forma, não faz parte do escopo dos nossos trabalhos a análise quanto à autenticidade, confiabilidade ou integridade das informações obtidas; a avaliação quanto à suficiência das informações e procedimentos conduzidos pela EY e; a avaliação de eventuais questões não identificadas como consequência de eventuais omissões de informações, inclusive no caso das referidas informações terem sido disponibilizadas à EY, mas não especificamente aos seus profissionais responsáveis pela prestação dos Serviços aqui previstos.

Os Serviços, informações, registros, dados ou recomendações apresentadas nos Relatórios (ou outra modalidade de reporte) fornecidos pela EY, em fase de elaboração ou em versão final (coletivamente "Relatórios"), destinam-se exclusivamente para a informação e uso do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e tão somente nos autos do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024. Neste sentido, não se pode divulgar, verbalmente ou por escrito, este Relatório, ou parte súmula resumo deste, ou fazer referência à EY com relação a este, a terceiro sem prévia autorização da EY, a qual deverá concordar com o uso proposto e reservará o direito de executar procedimentos adicionais que julgar necessários para adequar o Relatório ao uso pretendido, cujos custos incorridos para essa adequação serão de responsabilidade do Contratante.

O Contratante concorda que quaisquer decisões tomadas e/ou executadas por ele não serão incluídas dentro de nossas responsabilidades e que, ao tomar tais decisões, o Contratante levará em consideração as restrições do escopo do nosso trabalho e fatores comerciais e legais adicionais dos quais o Cliente está ciente, ou deveria estar, com base em outras fontes além do nosso trabalho.

A EY não assume nenhum tipo de responsabilidade ou compromisso de atualizar o Relatório para refletir eventos que possam ter ocorrido após a prestação dos Serviços e entrega da versão final do Relatório, ou por causa da aplicação de recomendações e/ou ações que não estejam expressamente indicadas no nosso escopo de trabalho, descrito no item 2 deste Relatório.

Atenciosamente,

---

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

**ÍNDICE**

ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIACÕES .....	2
1. ESCOPO .....	3
2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO .....	4
3. SUMÁRIO EXECUTIVO .....	7
4. RESULTADOS .....	8



## ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIÇÕES

BRL - Real brasileiro

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CEF - Caixa Econômica Federal

CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas

CEPIM - Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas

CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COMPROT - Sistema de Comunicados e Protocolos do Ministério da Fazenda

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICIJ - *International Consortium of Investigative Journalists*

ME - Ministério da Economia

N/A - Pesquisas ou Informação não aplicável ao tema referenciado

N/D - Pesquisas ou Informações indisponíveis para consulta ou análise sobre o tema referenciado

N/I - Pesquisas ou Informações não identificadas sobre o tema referenciado

OFAC - *Office of Foreign Assets Control*

ONU - Organização das Nações Unidas

PEP - Pessoa Exposta Politicamente

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

TCU - Tribunal de Contas da União

TJ - Tribunal de Justiça do Estado

TRF - Tribunal Regional Federal

TST - Tribunal Superior do Trabalho

USD - Dólar norteamericano





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar – Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

## 1. ESCOPO

- 1.1. Em 28 de abril de 2020, a EY recebeu a solicitação para prestar serviços de *Integrity Due Diligence*, considerando fontes de informações públicas, com relação ao Terceiro "Mauro da Costa Val", ("Mauro Val", "Terceiro" ou "Target"), inscrito no CPF sob o número 413.579.816-00, e com relação a entidades e/ou familiares a ele relacionados (em conjunto com o Terceiro, "Targets"), os quais, conforme informação fornecida pelo Cliente, estão listados a seguir:

Nome/Razão Social	Natureza	CPF/CNPJ
Maria Auxiliadora Lentini da Costa Val ("Maria Val")	Pessoa Física	033.673.156-64



## 2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO

2.1. Os procedimentos consistiram em pesquisas em fontes de informações públicas. Entre o período de 28 de abril de 2020 a 22 de junho de 2020, a pesquisa procurou identificar as seguintes informações:

- 2.1.1. Registros corporativos;
- 2.1.2. Registros de dívidas fiscais e outros débitos financeiros;
- 2.1.3. Registros de falências e recuperações judiciais;
- 2.1.4. Registros de processos judiciais e administrativos;
- 2.1.5. Registros relacionados a temas regulatórios;
- 2.1.6. Registros de filiação partidária;
- 2.1.7. Registros de doações eleitorais;
- 2.1.8. Registros de Pessoas Expostas Politicamente (PEP);
- 2.1.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*;
- 2.1.10. Registros de mídias digitais;

2.2. Em adição às nossas limitações gerais de escopo, listadas em nossa Carta de Contratação, foram identificadas pela EY, durante a prestação de serviço, as seguintes limitações:

- 2.2.1. Registros corporativos: Devido às limitações dos registros corporativos eletrônicos em alguns estados brasileiros, a EY compara as informações obtidas por meio de diversos registros públicos e comerciais. Esses registros podem ser discrepantes entre as bases de dados;
- 2.2.2. Registro de dívidas fiscais e outros débitos financeiros: A presente pesquisa foi conduzida em mecanismos de busca de registros fiscais em níveis federais e estaduais. As informações colhidas são organizadas pela Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretaria de Estado de Fazenda e Procuradoria-Geral do Estado e o registro do Ministério das Finanças de questões tributárias em andamento (COMPROT). Os registros oficiais são limitados em mostrar dívidas pendentes e, por isso, as instâncias em que o débito já tenha sido pago não foram incluídas nesse atual escopo;
- 2.2.3. Registros de falências e recuperações judiciais: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.4. Processos judiciais e administrativos: A presente pesquisa de indicadores de registros de processos judiciais civis, criminais, administrativos, tributários, eleitorais e trabalhistas foi conduzida nos tribunais/cortes/instituições considerando registros eletrônicos legais em nível federal e nos estados em que os *Targets* possuem registros de endereço, identificados com base nos registros em bases de dados disponíveis. As pesquisas foram conduzidas utilizando como termo de pesquisa o nome/razão social e/ou CPF/CNPJ dos *Targets*, quando possível. Pela limitação de informação acessível nas bases eletrônicas de pesquisa, outros dados podem estar disponíveis em registros físicos nos tribunais. Análises detalhadas dos registros de processos judiciais e administrativos identificados podem ser feitas mediante solicitação do Cliente e serão orçadas separadamente;
  - Não serão realizadas quaisquer análises ou interpretações jurídicas dos processos identificados;
  - As bases de dados consultadas podem estar desatualizadas, e podem não trazer resultados sobre processos judiciais e administrativos distribuídos nos últimos 5 (cinco) dias úteis contados da realização das pesquisas;
  - Os resultados das pesquisas apresentados na Seção 4 deste Relatório estão limitados aos processos judiciais e administrativos em que o *Target* consta como parte em instâncias estaduais e federais. As pesquisas de processos são realizadas em repositórios de registros judiciais eletrônicos (ex: "e-saj", "Projudi", "PJe", etc.), limitados pela ferramenta de pesquisa a 100 resultados por fonte, por instância e por Estado;
  - Os resultados quantitativos dos processos na sessão "Processos Judiciais e Administrativos" são categorizados conforme a entidade onde tramita, neste sentido os processos que constam nas bases de dados como provenientes do Ministério Público Federal são classificados e contabilizados nos tribunais, cortes ou instituições nos quais o processo se encontra no momento da pesquisa ("localização atual").

Desta forma, os processos indicados neste Relatório no campo do Ministério Público Federal referem-se apenas aos processos que constam em tramitação na Procuradoria-Geral de Justiça;

- Os resultados quantitativos classificados na Justiça Federal são provenientes de processos identificados em diários oficiais e no Ministério Público Federal que não se classificam no Tribunal Regional Federal e podem não indicar a totalidade de processos vinculados aos *Targets*, visto que a consulta de processos na Justiça Federal possui limitações específicas para cada estado;
  - Os resultados da pesquisa de processos judiciais e administrativos detalhados, quando disponíveis, estarão limitadas ao tribunal de origem, número de identificação do processo, data de distribuição, valor da causa, vara/câmara/turma, assunto e classe do processo registrado em fontes de informação pública, partes envolvidas nos processos e status da última movimentação;
  - Caso sejam identificados processos que tramitem em instâncias ou tribunais diferentes sob o mesmo número processual, estes serão contabilizados e detalhados de forma independente;
  - Não serão feitos procedimentos para identificar processos incidentes ou apensados aos processos de origem. Estes serão contabilizados de forma individual;
  - Os processos judiciais e administrativos reportados são provenientes de bases de dados de fontes públicas. Não serão reportados resultados de processos judiciais e administrativos identificados nas buscas de mídia.
  - Categorização dos Processos: Os processos judiciais contabilizados são classificados conforme seleção de categorias previamente acordada com o Cliente;
- 2.2.5. Registros relacionados a temas regulatórios: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.6. Filiação Partidária: A consulta foi realizada na base disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) utilizando o número do título de eleitor dos *Targets*, quando identificado.
- 2.2.7. Doações eleitorais: A base de doações eleitorais contém informações sobre doações políticas realizadas para candidatos, comitês e partidos políticos no período de 2002 a 2018, disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As informações sobre doações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa responsabilidade. A data da última atualização das informações contidas na base de dados ocorreu em junho de 2015 para os anos de 2002 a 2014, novembro de 2016 para o ano de 2016 e fevereiro de 2019 para o ano de 2018;
- 2.2.8. Pessoa Exposta Politicamente: A consulta de Pessoa Exposta Politicamente é proveniente de bases de dados de provedores de fontes públicas e os resultados reportados no item Pessoa Exposta Politicamente limitam-se aos registros identificados em consulta as bases que listam pessoas expostas politicamente e pessoas que possuem registro de relacionamento com pessoas expostas politicamente;
- A Base de dados de Pessoas Expostas Politicamente utilizada pela EY contém informações de pessoas de nacionalidade brasileira ou estrangeira que tenham ocupado cargos, empregos ou funções públicas relevantes no Brasil ou no Exterior, nos últimos 5 (cinco) anos, (“Titulares ou ex-Titulares”), assim como seus parentes (até o 2º grau) e estreitos colaboradores (“Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente”), conforme Resolução n. 29/2017 do COAF. A última atualização desta base ocorreu em 18 de dezembro de 2019 e a base consultada possui 186.850 registros.
- 2.2.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*: A presente pesquisa foi realizada com base em registros internacionais de *Compliance*. Os registros consultados são: OFAC (*Office of Foreign Assets Control*), EU (*European Union*), UN (*United Nations*), FRNL (*French Sanctions List*) e ICIJ (*Offshore list database by the international consortium of investigative journalists*);
- 2.2.10. Registros de mídias digitais: A presente pesquisa foi realizada por meio de mecanismos de busca eletrônicos e de fontes de informação eletronicamente públicas e disponíveis, relacionadas a fontes midiáticas disponíveis em inglês e português;
- A busca de registros de mídias é limitada ao nome completo do *Target* e seu nome fantasia, quando aplicável, combinado com palavras-chave previamente acordadas com o Cliente. Ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a homônimos ou nomes similares;
  - Reforçamos que os resultados gerados pelas pesquisas por termos de busca (palavras-chave) apresentam resultados diferentes quando feitas em momentos distintos por motivos inerentes dos mecanismos de busca na internet.
  - Serão observados até 100 (cem) resultados das pesquisas de mídia e reportados neste Relatório os resultados que estejam relacionados aos temas previamente acordados com o Cliente;
  - Caso sejam identificadas mais de uma mídia a respeito do mesmo assunto e com conteúdo similar, será incluída neste Relatório apenas uma das notícias;

- 2.2.11. Quando possível, a pesquisa foi conduzida com a utilização apenas do número do CPF ou CNPJ do *Target*. Em algumas ocasiões, a pesquisa pode apenas ser realizada pelo nome/razão social do *Target* casos nos quais não é possível confirmar se as informações obtidas pertencem aos *Targets* pesquisados;
- 2.2.12. As informações contidas neste Relatório estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e de âmbito nacional, exceto informações de Pessoas Expostas Politicamente, mídias digitais e listas restritivas internacionais;
- 2.2.13. A pesquisa em fontes de informação pública está sujeita a limitações inerentes, como erros de digitação, entre outros;
- 2.2.14. As informações podem estar desatualizadas nas fontes consultadas, razão pela qual não podemos assegurar sua atualização, fidedignidade ou precisão;
- 2.2.15. A EY utiliza fontes de informações que são públicas de banco de dados de provedores de fontes públicas. No entanto, salientamos que não temos nenhuma responsabilidade de avaliar ou verificar as informações recolhidas a partir de tais fontes públicas. A EY não é responsável pela integralidade, precisão ou veracidade dessas informações podendo haver um risco que certas informações sejam falsas, incompletas ou desatualizadas. Nós não assumimos a responsabilidade por este risco. Essas informações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa alçada.



### 3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. O objetivo deste procedimento é o de identificar, em fontes de informações públicas, registros relacionados aos *Targets*, considerando os elementos listados a seguir, sem prejuízo de que outras informações eventualmente identificadas e não relacionadas a estes elementos, sejam apresentadas neste Relatório. Com base nos procedimentos executados, limitados em natureza e extensão e descritos na Seção 2 deste Relatório, foram identificados os seguintes resultados:

Elemento	Itens de Referência	Nome do Target
Registro de falência e/ou recuperações judiciais indicados em registros corporativos	4.1	-
Registro de Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas	4.2	Maria Val
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais	4.3	-
Registro em pesquisas internacionais de <i>Compliance</i>	4.3	-
Pessoa exposta politicamente	4.4	-
Relacionamento com pessoa exposta politicamente	4.4	-
Doações políticas	4.4	Mauro Val
Filiação partidária	4.4	-
Registros de mídia relacionados a:		
Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	4.6	Mauro Val
Interações com agentes públicos ou administração pública		Mauro Val
Parcerias com ATI em questão		Mauro Val
Outras Parcerias		Mauro Val
Possível atividade da empresa		-
Mídias adversas		Mauro Val
Processos judiciais e/ou administrativos cuja matéria esteja relacionada a:		
Crimes/Atividades ilegais (e.g. fraude, suborno, corrupção, concorrência desleal e/ou crime ambiental)	4.5	-
Trabalho escravo, trabalho infantil ou violação de direitos humanos		-
Recuperações judiciais e/ou falências		-
Outros litígios (e.g. civil, tributário, trabalhista, administrativo)		Mauro Val Maria Val
Relação com Vale		-





#### 4. RESULTADOS

##### a) Mauro da Costa Val

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Mauro da Costa Val	
CPF	413.579.816-00	
Data de Nascimento	30/07/1958	
Posição	Equipe Técnica Multidisciplinar - AEDAS - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social	
Endereço	Rua Gonçalves Dias, 2299 Apartamento 1107, andar 11, Lourdes, Belo Horizonte - MG, CEP: 30140-092	
Outros Endereços	Rua Maria Amelia Tupynamba, 42, Apartamento 302, Jd. Da Cidade, Betim-MG, CEP: 32604-260 Avenida Amazonas, 115, Sala 1715, Centro, Belo Horizonte - MG, 30180-902 Rua Firmino Assunção, 520, Bom Retiro, Betim-MG, CEP: 32606-530 Rua Augusto Buzatti, 105C, Bom Retiro, Betim-MG, CEP: 32606-596 Rua Gonçalves Dias, 2299 Apartamento 1007, Lourdes, Belo Horizonte - MG, CEP: 30140-092 Rua Augusto Buzatti, 105 CA, Bom Retiro, Betim-MG, CEP: 32606-596 Rua Gonçalves Dias, 2299 A 1007, Lourdes, Belo Horizonte - MG, CEP: 30140-092 Rua Rosa Miguel Salomão, 96, Guarujá, Betim-MG, CEP: 32603-204	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação <sup>1</sup>
Instituto Ekos para o Desenvolvimento Sustentável	07.673.884/0001-94	0,00%
Mauro da Costa Val ME	20.772.686/0001-46	100,00%
MCV Hidro Vitae Ltda	03.166.159/0001-79	99,00%

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	16/06/2020	N/D <sup>2</sup>
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	16/06/2020	N/D <sup>3</sup>

<sup>1</sup> As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

<sup>2</sup> Não foi possível gerar a certidão, a base de dados informa que: "As informações disponíveis na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN sobre o contribuinte 413.579.816-00 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet". Acesso em 16/06/2020.

<sup>3</sup> Não foi possível gerar a certidão, a base de dados informa que: "Contribuinte inscrito no cadastro de ICMS: para imprimir sua certidão é necessário realizar o Login no SIARE com sua senha de acesso. Contribuintes MEI e demais usuários não inscritos na SEF devem comparecer à Administração Fazendária indicada no comprovante do protocolo para imprimir sua certidão". Acesso em 16/06/2020.





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.2 Certificados			
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de autuações	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	12/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	12/06/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	12/06/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
Rene Mendes Vilela	PT	Minas Gerais	2002	BRL 130,00
Eulalia Ferreira de Jesus	PV	Conselheiro Lafaiete - MG	2004	BRL 20,00
Eulalia Ferreira de Jesus	PV	Conselheiro Lafaiete - MG	2004	BRL 205,00
Eulalia Ferreira de Jesus	PV	Conselheiro Lafaiete - MG	2004	BRL 60,00
Jose Tadeu Alvim de Albuquerque	PV	Conselheiro Lafaiete - MG	2004	BRL 60,00
Jose Tadeu Alvim de Albuquerque	PV	Conselheiro Lafaiete - MG	2004	BRL 20,00
Jose Tadeu Alvim de Albuquerque	PV	Conselheiro Lafaiete - MG	2004	BRL 205,00
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.4 Vínculos Políticos				
N/D <sup>4</sup>	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente <sup>5</sup>				
Esfera		Instituição		Cargo
N/I <sup>6</sup>		N/A		N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente <sup>7</sup>				
Pessoa Exposta Politicamente		CPF	Relacionamento	Vínculo
N/I		N/A	N/A	N/A

4.5 Processos Judiciais e Administrativos <sup>8</sup>							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	01	N/A	N/A	N/A	N/A	01
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	01	N/A	N/A	N/A	N/A	01
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/D <sup>9</sup>	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

<sup>4</sup> Não foi possível realizar a consulta, a base de dados informa que: "Os dados informados (nome, data de nascimento e/ou filiação) não conferem com aqueles constantes no Cadastro Eleitoral". Acesso em: 15/06/2020.

<sup>5</sup> A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>6</sup> Apesar de não terem sido identificados resultados na base de dados, consta resultado em mídia, disponível para consulta no item Registros de Mídia, deste Relatório.

<sup>7</sup> A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>8</sup> As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>9</sup> Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 12/06/2020.





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.5 Processos Judiciais e Administrativos <sup>8</sup>							
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado			Quantidade de Registros de Processos		
COMPROT			N/A				01
CADE			N/A				N/I
CVM			N/A				N/I
TCU			N/A				N/I

4.5.1 Processos Judiciais <sup>10</sup> - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
Superior Tribunal de Justiça	2006/0062249-3	18/04/2006	Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público, Servidor Público Civil, Processo Administrativo Disciplinar Ou Sindicância, Demissão Ou Exoneração.	Agravo de Instrumento	Agravado: Município de Belo Horizonte, Agravante: Mauro da Costa Val
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	8348639-57.2002.8.13.0024	07/10/2002	N/I	Cumprimento de Sentença	Ativa: Município de Belo Horizonte Passiva: Mauro da Costa Val

4.6 Registros de Mídia <sup>11</sup>			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM <sup>12</sup>	N/I	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM, reporta o 6º fórum das águas - Governança ambiental na gestão das águas, o qual "entre os debatedores estavam o coordenador geral do Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do rio Paraopeba (Cibapar), Mauro da Costa Val, a assessora de Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg),

<sup>10</sup> As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>11</sup> A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>12</sup> Fonte: [Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM](http://www.igam.org.br). Acesso em 15/06/2020.

